



# PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

**PAPERS DO NAEA Nº 122**

**O ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PARÁ SEGUNDO AS  
ESTATÍSTICAS OFICIAIS: OS IMPASSES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
EDUCACIONAIS E OS DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI**

**Paulo Sérgio de Almeida Corrêa  
Edna Abreu Barreto**

**Belém, Agosto de 1999**

**O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)** é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

**Papers do NAEA - Papers do NAEA** - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



## **Universidade Federal do Pará**

### **Reitor**

Cristovam Wanderley Picanço Diniz

### **Vice-reitor**

Telma de Carvalho Lobo

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

### **Diretor**

Edna Maria Ramos de Castro

### **Diretor Adjunto**

Marília Emmi

### **Conselho editorial do NAEA**

Armin Mathis

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Indio Campos

Marília Emmi

### **Sector de Editoração**

E-mail: [editora\\_naea@ufpa.br](mailto:editora_naea@ufpa.br)

Papers do NAEA: [Papers\\_naea@ufpa.br](mailto:Papers_naea@ufpa.br)

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 122

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

# O ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PARÁ SEGUNDO AS ESTATÍSTICAS OFICIAIS: OS IMPASSES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E OS DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI

---

*Paulo Sérgio de Almeida Corrêa\**  
*Edna Abreu Barreto...*

## **Resumo:**

O objetivo deste trabalho consiste em analisar a situação na qual se encontra o ensino médio no Estado do Pará após quinze anos de implementação das políticas educacionais presumidamente democráticas a ele destinadas. As reflexões serão desenvolvidas com base nas estatísticas oficiais apresentadas pela Secretaria de Estado de Educação acerca do atendimento escolar realizado nessa modalidade, tomando-se como ponto de referência da investigação o intervalo histórico compreendido entre os anos de 1983 até 1998.

**Palavras-chave:** Ensino médio. Políticas públicas. Desafios.

---

\* Professor de História da Educação no Centro de Educação da Universidade Federal do Pará, Especialista em Educação e Problemas Regionais, Mestre em Educação: Supervisão e Currículo pela PUC-SP, Doutorando em Educação: Currículo na mesma instituição.

... Aluna do Curso de Pós-Graduação em Educação: Currículo pela PUC-SP.

## **Introdução**

O objetivo deste trabalho consiste em analisar a situação na qual se encontra o ensino médio no Estado do Pará após quinze anos de implementação das políticas educacionais presumidamente democráticas a ele destinadas. As reflexões serão desenvolvidas com base nas estatísticas oficiais apresentadas pela Secretaria de Estado de Educação acerca do atendimento escolar realizado nessa modalidade, tomando-se como ponto de referência da investigação o intervalo histórico compreendido entre os anos de 1983 até 1998.

Para efeito de coleta dos dados, optamos por concentrar a pesquisa apenas no universo daqueles municípios que apresentaram em 1985 uma demanda por atendimento escolar acima de 40.000 entre a população escolarizável na faixa etária de 5 a 19 anos. Dessa maneira, foram selecionados os seguintes locais com as suas respectivas microregiões: Santarém (Médio Amazonas Paraense); Marabá e Tucuruí (Marabá); Bragança (Bragantina) e Belém e Ananindeua (Belém).

A hipótese contida no presente estudo parte da idéia segundo a qual apesar de terem promovido uma significativa expansão da escola estatal para o meio rural, os gestores governamentais que se sucederam no poder, durante o período em foco, não obtiveram êxito em seus propósitos no que diz respeito à universalização das oportunidades de atendimento escolar no nível médio de ensino. Diante desse pressuposto, podemos indagar: que cenário se pode vislumbrar para o ensino médio às vésperas do próximo século? Qual o legado que será deixado pelas políticas públicas estatais ao campo da educação?

O texto encontra-se estruturado em três momentos básicos: Em primeiro lugar apresenta o cenário educacional paraense no contexto dos anos 80; a seguir, analisa as ações governamentais com relação à política de atendimento escolar para o ensino médio nos anos 90; por fim, faz-se um balanço conclusivo acerca das lições e desafios que se colocam a partir das estatísticas oficiais dirigidas ao campo da educação média no Pará.

## 1. Atendimento educacional nos anos 80: a política de combate ao déficit escolar

Em termos educacionais, o Estado do Pará inaugurou a década de oitenta com um cenário marcado pela carência generalizada no atendimento escolar em todos os níveis de ensino, particularmente na modalidade média, setor que estava a requerer uma intervenção mais ostensiva por parte da Secretaria Estadual de Educação<sup>1</sup>. As dificuldades herdadas do regime militar englobavam entre outras questões a insuficiência do número de alunos matriculados em relação à população na faixa etária escolar, o elevado número de professores não titulados exercendo o magistério, a limitada capacidade da rede física escolar para absorver a demanda de alunos existentes e o diminuto espectro de abrangência do sistema escolar em relação à dimensão geográfica e populacional paraense.

As questões levantadas acima mostram o quanto era amplo e desafiador o quadro de problemas vividos no setor educacional, os quais precisavam ser enfrentados com cautela pelos gestores governamentais eleitos para assumir o poder político do Estado a partir do advento de consolidação da abertura democrática nos anos oitenta no Brasil.

Nessa época, houve crescimento significativo entre a população residente no Estado do Pará. Este fato foi um dos motivos que desencadeou fortes pressões na demanda por serviços sociais, tais como a procura por vagas nos estabelecimentos de ensino existentes.

Segundo os dados estatísticos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Estado do Pará contava em 1983 com uma população geral de 1.610,533 pessoas, quadro este que se alargaria para 2.312,726 habitantes até o final da referida década.

Como parte dessa nova dinâmica social, política, econômica e cultural, a instrução da população paraense também se modificou; isto fez com que se incrementasse o número de pessoas alfabetizadas na faixa etária de cinco anos ou mais, passando do total de 1.243,180 em 1983 para 1.861,530 em 1990. Entretanto, nesse mesmo espaço de tempo, o índice de pessoas não alfabetizadas se alargou passando de 367,350 em 1983 para alcançar a escala de 451,197 pessoas analfabetas entre crianças, jovens e adultos (homens e mulheres) de idades cronológicas diferenciadas<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> A respeito da realidade educacional paraense dos anos 80, recomendamos a leitura da Dissertação de Mestrado de OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro de. *A política educacional no município de Belém-Pa nos anos 80: os desafios da democratização*. São Paulo-PUC, 1996. No que diz respeito especificamente à problemática do ensino médio, consultar o estudo dissertativo realizado por CORRÊA, Paulo Sérgio de Almeida. *As políticas educacionais para o ensino médio no Pará: uma análise histórica (1964-1982)*. São Paulo-PUC, 1997.

<sup>2</sup> IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Pará - Instrução. 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990.

Dentro desse contexto, a elevação na taxa das pessoas em idade escolar, quer estivessem alfabetizadas ou não, constituiu um dos fatores que pressionou o poder público a rever a maneira como estavam sendo encaminhadas as suas políticas públicas educacionais.

Ao longo do período de quinze anos de história da educação no Estado do Pará pós ditadura militar, sucederam-se no poder cinco gestões governamentais, e nelas a questão educacional também entrou na pauta dos problemas que precisavam ser equacionados.

Impulsionados pelo contexto democratizador, os governadores paraenses buscaram ampliar as oportunidades educacionais através da expansão de seu sistema de ensino tanto na capital do Estado (Belém) quanto nos municípios adjacentes que compunham esta unidade federada. Particularmente no que diz respeito ao ensino médio, além da oferta do ensino sob a forma regular, desde 1980 a Secretaria de Estado de Educação já vinha implementando uma estratégia pedagógica alternativa de ensino denominada Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), concebida especialmente para atender uma parte da demanda estudantil residente nos municípios paraenses que até aquele ano ainda não possuíam a referida modalidade de ensino.

Ao longo de seus dezoito anos de história, o SOME converteu-se numa saída estratégica essencial ao processo de expansão do atendimento escolar à população de estudantes egressa do primeiro grau com idade para cursá-lo.

Para se ter uma idéia da grandiosidade da inserção desse projeto na realidade paraense, basta observarmos que desde a sua implantação até o ano de 1998, essa experiência de *educação alternativa* que começou o seu funcionamento com apenas quatro municípios pioneiros (igarapé-Açu, Curuçá, Nova Timboteua e igarapé-Miri), atualmente está presente em 72 municípios, constituindo-se em 30 circuitos modulares que abrangem 117 localidades<sup>3</sup>.

Todavia, a trajetória de tal projeto não possui uma lógica histórica linear, pois o seu grau de importância junto às políticas públicas educacionais dos governos que se alternaram no poder no intervalo de 1980-1998, respectivamente Alacid Nunes (1979-1982), Jáder Fontenelle Barbalho (1983-1986), Hélio da Mota Gueiros (1987-1990), Jáder Fontenelle Barbalho/Carlos Santos (1991-1994) e Almir Gabriel (1995-1998) que a partir de 1998 venceu o processo eleitoral candidatando-se à reeleição, oscilou muito e

---

<sup>3</sup> Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará. **Sistema de organização Modular de Ensino: Histórico**. Belém: SEDUC, 1996. Ver também a respeito o documento veiculado pela mesma Secretaria intitulado "*SOME: integrando o Pará pela educação*". Belém: SEDUC/DEM/SOME, 1998.

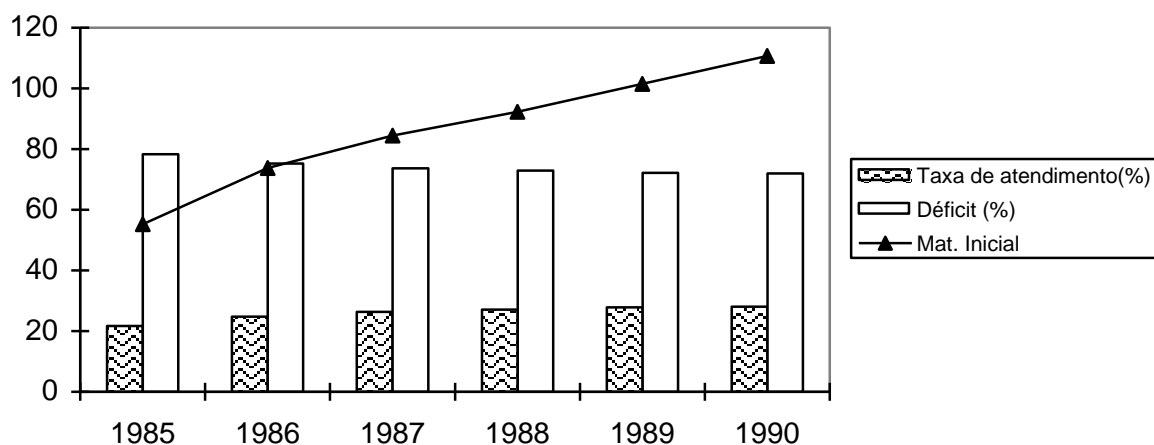
isto se refletiu sobremaneira na dinâmica de expansão e funcionamento do Sistema Modular<sup>4</sup>. Alguns dos municípios tomados como objeto desta pesquisa participaram ou ainda continuam sendo atendidos através do SOME.

Quais foram os efeitos provocados por essas medidas sobre a realidade educacional dos municípios atingidos pelo processo de universalização do atendimento escolar?

Embora não seja alvo central de nossa análise, mostraremos um panorama geral acerca das modalidades de ensino Pré-Escolar e Fundamental (antigo primeiro grau – 7 a 14 anos) no cenário paraense, uma vez que esses níveis, como veremos posteriormente, interferem nos momentos subsequentes da educação escolar.

De acordo com as informações oficiais organizadas no gráfico abaixo acerca da realidade da educação no Pará<sup>5</sup>, a partir do ano de 1985 a população escolarizável na faixa etária entre 5 e 6 anos de idade, ou seja, o período de frequentar o Pré-Escolar, obteve substancial aumento passando de 254,826 nesse ano para 394, 165 em 1990.

GRÁFICO 01: ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL DE 5 A 6 ANOS NO PRÉ-ESCOLAR NO ESTADO DO PARÁ/ 1985-1990



Fonte: Secretaria de Estado de Educação. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

<sup>4</sup> Para maiores aprofundamentos acerca da história do SOME, consultar o trabalho de dissertação de TAVARES NETO, João Gomes. *O lado instituinte das políticas públicas de educação no Estado do Pará e o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) 1980-1998*. Belém: UFPa/CED, 1998.

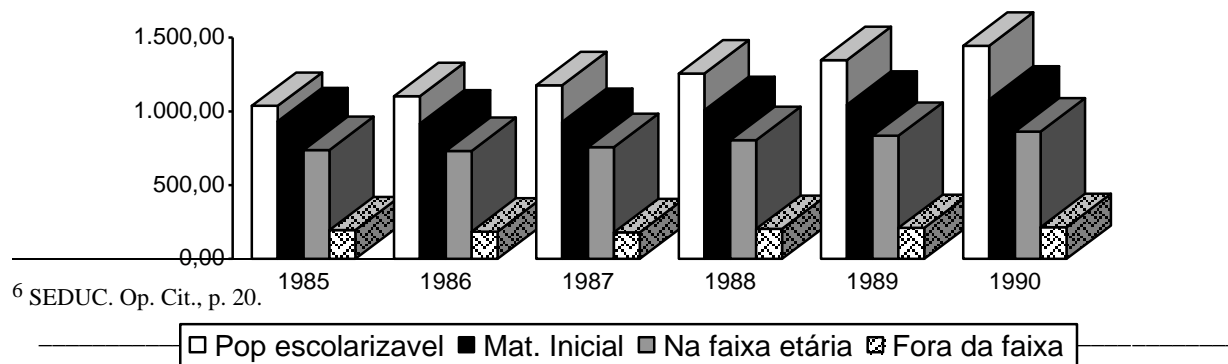
<sup>5</sup> SEDUC. *Estatísticas educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990)*. Belém: IDESP/SEDUC, 1989, p.19.

Essa tendência de crescimento, porém, não teve uma correspondência equitativa em termos de oferta de vagas nos estabelecimentos de ensino existentes, posto que apenas 55,269 crianças estavam matriculadas em 1985 e no ano de 1990 tínhamos uma clientela atendida no total de 110,679. Houve, portanto, uma ampliação do número de vagas no sistema escolar, seja pelo aumento do quantitativo de alunos por turma, seja pela criação de novos estabelecimentos de ensino; isto fez inclusive com que o déficit educacional que em meados de 85 era de 86,26% baixasse para 82,89% no final da década. Apesar dessa redução, o número de vagas disponíveis na rede de ensino estadual atingia proporções inferiores em relação à demanda existente. Esses dados revelam o quanto era insuficiente a participação do Estado do Pará na manutenção da educação Pré-Escolar.

Além de dispor de uma capacidade de matrícula muito limitada, os alunos que conseguiam efetivá-la nem sempre obedeciam ao critério de idade correspondente para o nível escolar por eles freqüentado. Segundo as informações da própria SEDUC, do total de 55,269 matrículas registradas em 1985, 36,66% (20,263) foram proveniente de crianças fora da faixa etária, já em 1990 esse índice se elevou para 39,12%, ou seja, das 110,679 pessoas que ingressaram na escola nessa época 43,300 apresentaram desvio entre idade/série. Contudo, o atendimento real no sistema escolar passou de 13,74% para 17,09% nesse espaço de tempo.

Com relação à população escolarizável na faixa etária dos 7 aos 14 anos, os números estatísticos<sup>6</sup> evidenciam, de acordo com a ilustração feita no Gráfico 2 abaixo representado, uma ampliação desse contingente, o qual elevou-se de 1.037,389 em 1985 para 1.444,550 em 1990. Nesse intervalo, o atendimento estatal no ensino de primeiro grau passou de 932,510 para 1.079,383 respectivamente. Nessa modalidade, entretanto, ainda havia uma representação significativa de pessoas que efetivaram matrícula com idade incompatível com aquela requerida, 20,88% (194,733) em 1985 e 19,99% (215,776) em 1990.

GRÁFICO 02: RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL DE 7 A 14 ANOS E O ATENDIMENTO ESCOLAR NO 1º GRAU NO ESTADO DO PARÁ – 1985-1990





Fonte: **SEDUC**. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). BELÉM: SEDUC, 1989.

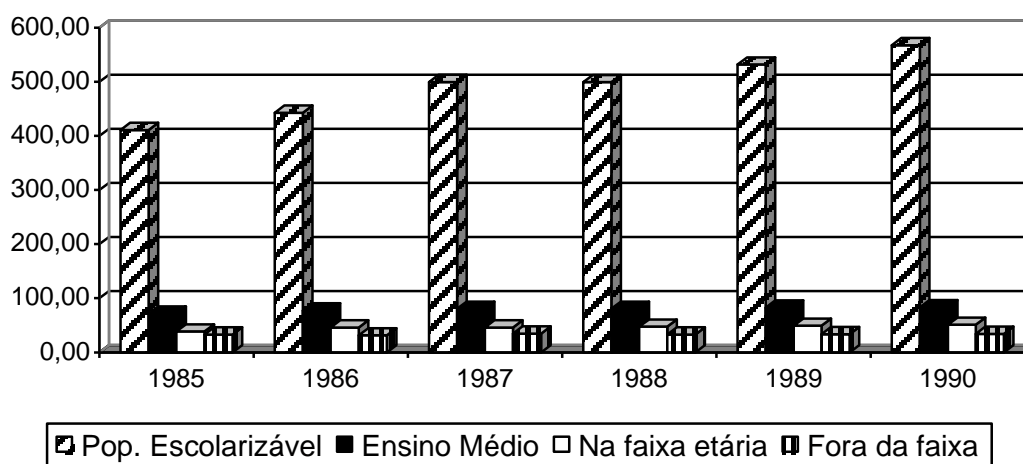
O atendimento escolar real nesse nível de ensino, foi sendo reduzido gradativamente com o passar dos anos, caindo de 71,12% para 59,80%. Por outro lado, o déficit escolar desse período avançou progressivamente de 28,88% para 40,20% no mesmo quinquênio. (Ver Gráfico 3 em anexo)

Comparado com a realidade desfrutada pelo ensino Pré-Escolar, o primeiro grau convivia com uma situação menos angustiante, mas nem por isso menos problemática, no que se refere às possibilidades reais de atendimento da população com idade escolar. Todavia, ambas as modalidades trazem uma vulnerabilidade em comum, qual seja: o Estado não conseguiu promover a universalização do atendimento escolar nos dois níveis e tampouco galgou êxito nos seus propósitos de expandir o sistema de ensino a toda população escolarizável.

Diante das dramáticas evidências estatísticas divulgadas pelo poder público estadual, cabe-nos compreender agora qual a realidade apresentada pelo ensino de segundo grau durante os anos 80.

Quanto ao ensino médio (antigo segundo grau) oferecido à faixa etária dos 15 aos 19 anos, os dados oficiais<sup>7</sup> constantes do Gráfico 4, mostram que houve crescimento substancial da população escolarizável, a qual contava com 410,818 pessoas demandando matrículas em 1985, ampliando-se significativamente esse contingente para 567,862 no ano de 1990, atingindo uma taxa percentual de 72,34% em cinco anos.

**GRÁFICO 04: RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL DE 15 A 19 ANOS E O ATENDIMENTO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PARÁ – 1985-1990**



<sup>7</sup> SEDUC. Idem., p. 21.

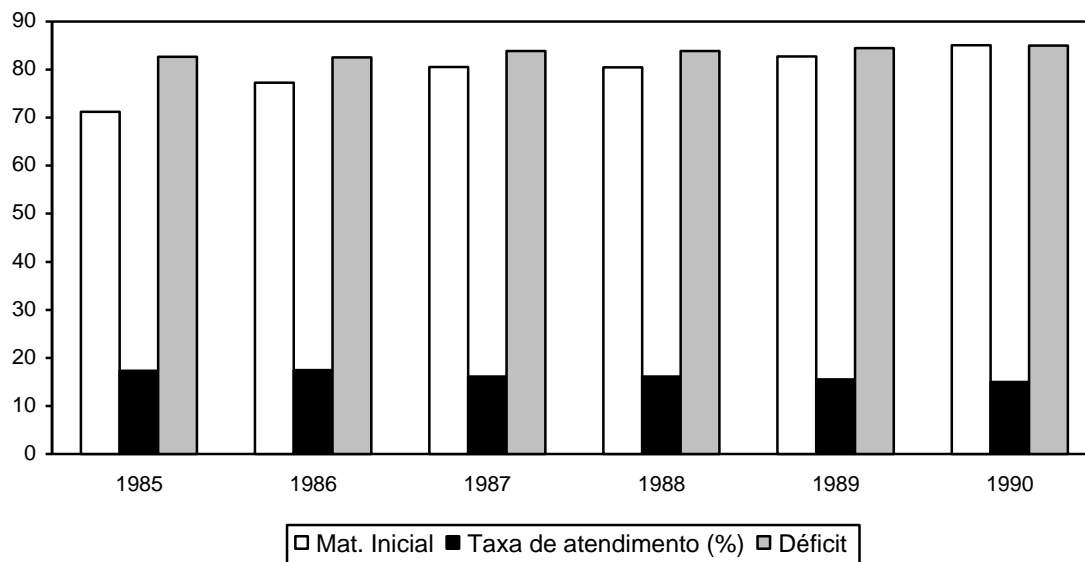
Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

Todavia, o incremento da população escolarizável, não se traduziu na ampliação das ações do poder público estadual a fim de tornar efetivamente possível o atendimento dessa clientela nos estabelecimentos de educação média sob o seu controle. Esse argumento torna-se ainda mais contundente se considerarmos que do total da população escolarizável existente no ano de 85 somente 71,234 (17,33%) conseguiu ter acesso às vagas escolares. Já em 1990, o Estado do Pará contava com uma demanda estudantil de 567,862, mas apenas 85,064 (14,97%) obteve sucesso com a garantia da matrícula.

Outro problema grave com relação ao atendimento escolar nessa modalidade de ensino, era o fato de haver um percentual significativo de alunos matriculados fora da faixa etária exigida. Em 1985 eles representavam um total de 32,761, ou seja, 45,99%, ficando esta cifra na casa dos 34,134 (cerca de 40,12%) ao término da referida década.

A taxa de atendimento escolar que era de 9,36% em 1985, variou muito e acabou caindo para 8,97% em cinco anos. Por outro lado, o déficit educacional real aumentou o seu valor percentual de 90,64% para 91,03% no mesmo intervalo histórico .

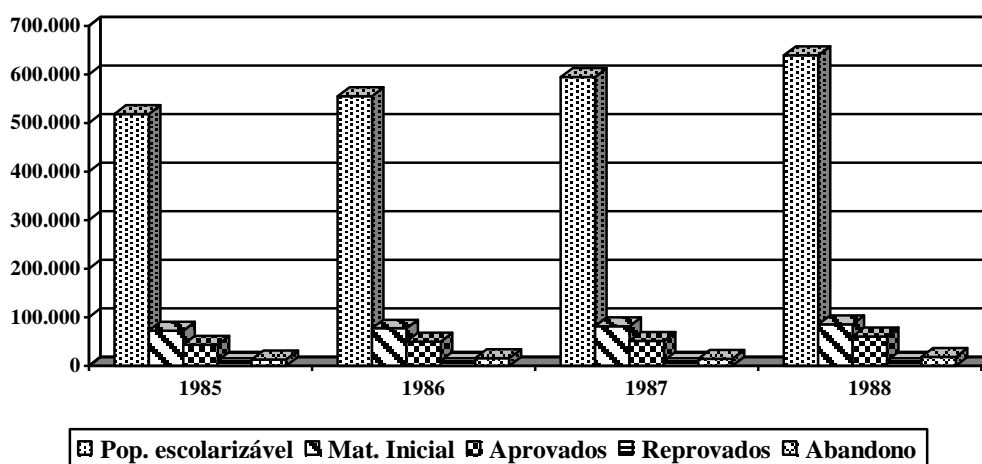
GRÁFICO 05: PERCENTUAL DE ATENDIMENTO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PARÁ/ 1985-1990



Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

Apesar da intervenção do poder público estadual visando expandir o sistema escolar de nível médio para o meio rural, a preocupação em tornar universal o atendimento desses serviços à população, não se tornou realidade no período das gestões governamentais que se pretenderam democráticas, tampouco se obteve maior produtividade no mesmo conforme mostra o Gráfico abaixo. Com isso, o déficit escolar tornou-se uma variável constante que desafiava a ação estatal a oferecer saídas ao problema mediante a implementação de políticas públicas educacionais capazes de contornar essa situação.

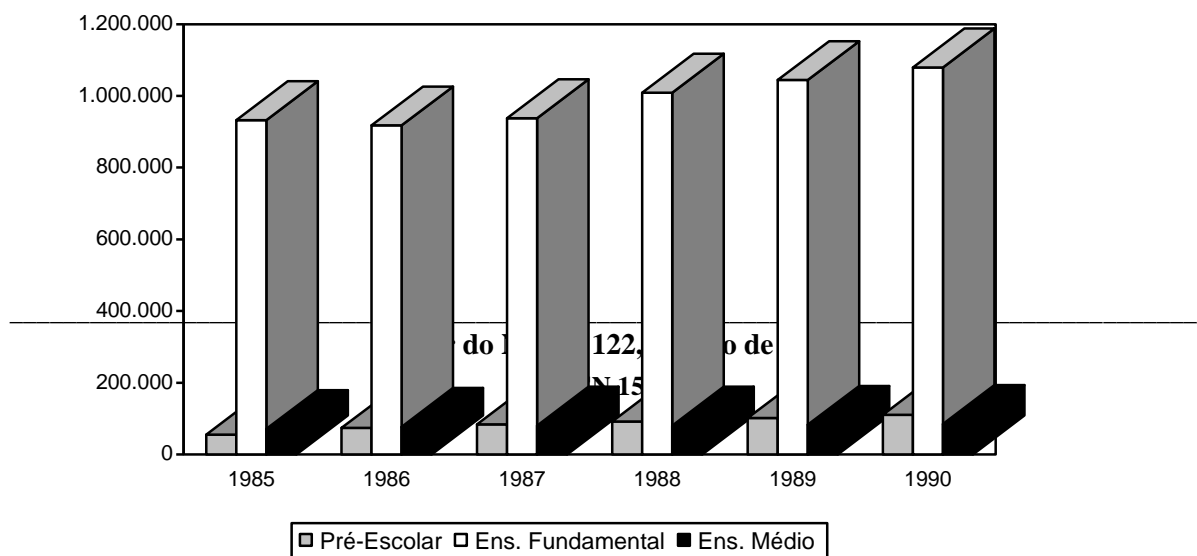
GRÁFICO 06: MOVIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PARÁ, INCLUINDO POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL, MATRÍCULA INICIAL, APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO – 1985-1990



Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

Portanto, a desconcentração política do sistema escolar para os municípios paraenses, parece não ter alcançado o impacto esperado em termos de oferta universalizada no atendimento e isto repercutiu nos baixos índices de produtividade alcançados. Através do Gráfico 07 podemos ter uma idéia de como se deu a relação entre a população escolarizável e a realização das matrículas por modalidade de ensino.

GRÁFICO 07: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR ENTRE AS MODALIDADES DE ENSINO NO



---

## ESTADO DO PARÁ – 1985-1990

**Fonte:** SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

Os dados estatísticos acima referidos evidenciam que ao longo dos anos 80 o ensino Pré-Escolar e Médio constituíram dois ramos educacionais que desfrutaram menor prestígio por parte do poder estatal em termos de oferta universalizada dessas modalidades à população em idade escolar. Por outro lado, o ensino fundamental apresentava menor déficit de atendimento das matrículas.

### 1.1- O ensino médio no contexto dos municípios de grande densidade populacional

Olhando a problemática do atendimento escolar na modalidade média a partir dos municípios de maior densidade populacional escolarizável, o quadro se torna mais alarmante ainda.

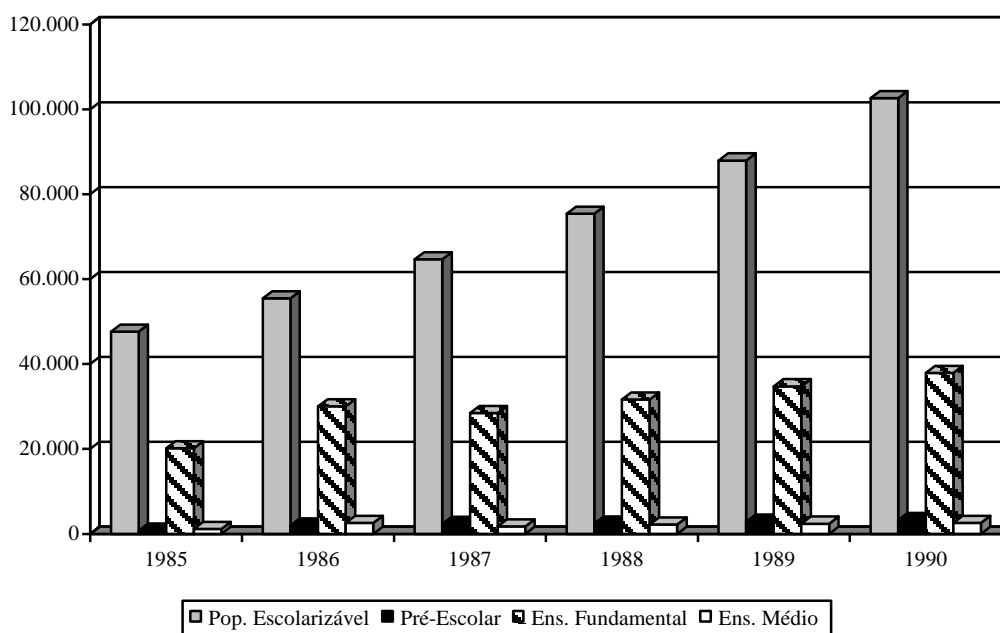
Situado na microregião de Marabá, o município de **Marabá** constituiu-se numa das realidades que experimentou nos anos 80 um acelerado crescimento na sua população escolarizável destinada ao ensino médio.

Fazendo-se um cruzamento nas informações acerca da população escolarizável em idade de cursar o primeiro e o segundo grau, podemos constatar que havia uma grande seletividade no sistema de ensino quando da passagem de um nível para outro. No ano de 1985, por exemplo, para um contingente de 26,712 crianças em idade de cursar o ensino fundamental, haviam sido matriculadas 20,143, enquanto no ano de 1990 a demanda aumentou para 59,565, com um atendimento real de 37,877.

Nesse mesmo período a clientela escolarizável na idade de 15 a 19 anos que era de 14,692 em 1985, ampliou-se para 32,761 depois de cinco anos. Todavia, no que concerne à matrícula efetiva, um grande número de jovens ficou sem oportunidades reais de cursar o ensino médio, entre outras razões devido à insuficiência de vagas nas escolas estatais. Assim, em 85 somente 1.179 (8,02%) encontravam-se freqüentando os estabelecimentos educacionais, enquanto no ano de 1990 esse número foi de 2.595 (7,92%) estudantes matriculados.

O gráfico 08 evidencia que o ritmo de crescimento populacional não era acompanhado de aumento na capacidade da rede regular de ensino estatal em proporções equitativas.

GRÁFICO 08: RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL DE 5 A 19 ANOS E A MATRÍCULA REALIZADA POR NÍVEIS DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE MARABÁ-PARÁ/ 1985-1990



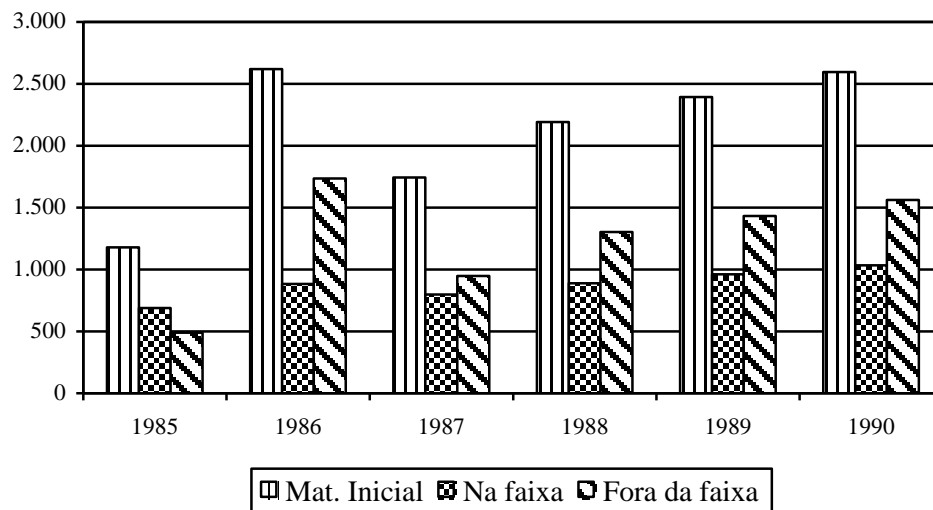
Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

Também nesse município, foi o ensino fundamental que possibilitou maior cobertura escolar em relação aos demais níveis de ensino.

Nesse período, como se pode notar pela análise do Gráfico 09 em anexo, a taxa real de atendimento sofreu sensível regressão, não sendo capaz de cobrir o contingente existente no município. O déficit real paulatinamente foi progredindo, passando de 95,30% em 1985 para 96,84% ao término da década.

Além disso, a população escolarizável fora da faixa etária tornou-se superior em relação às matrículas na idade exigida. Dessa forma, das 1.179 matrículas realizadas em 85, 690 (58,5%) estavam dentro da idade enquanto 489 (41,5%) não correspondiam a esse padrão. Em 1990 essa realidade já era outra, pois dos 2.595 estudantes atendidos pelo poder público, 1.034 (39,85%) obedeciam ao critério cronológico, mas 1.561 (60,15%) não o cumpriam.

GRÁFICO 10: ATENDIMENTO ESCOLAR FORA DA FAIXA ETÁRIA NO MUNICÍPIO DE MARABÁ-PARÁ/ 1985-1990



Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

A partir do ano de 1986 a clientela escolar fora da faixa etária manteve-se superior em relação aos alunos com idade exata para ingressar na escola.

A ausência de estabelecimentos de ensino para abrigar a população escolarizável e a alta seletividade existente no interior do sistema escolar constituíram dois fatores básicos que promoviam e ampliavam as desigualdades sociais em decorrência da exclusão compulsória imposta a essa demanda, impossibilitando-a de ter acesso à cultura socialmente produzida.

O município de **Tucuruí**, também situado na microregião de Marabá, teve um incremento acelerado no universo do contingente escolarizável na idade de 15 a 19 anos durante o momento histórico aqui considerado.

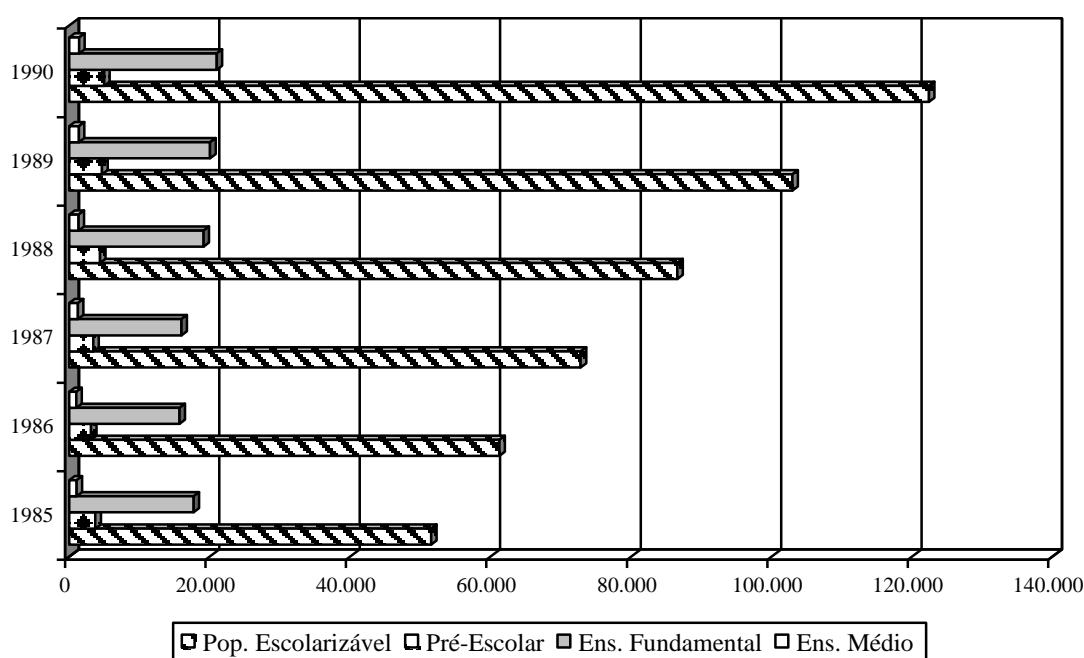
No caso específico do ensino de primeiro grau, à medida que a população escolarizável aumentava, a taxa de atendimento escolar reduzia drasticamente, aumentando sobremaneira o déficit educacional do município de Tucuruí. Assim, dos 28.009 alunos potenciais existentes em 1985, apenas 17.716 (63,25%) encontravam-se matriculados, enquanto no ano de 1990 a população escolarizável foi para 64.568, no entanto, somente 20.997 (32,52%) asseguraram vagas nas instituições escolares.

Se no ensino de primeiro grau esse quadro já era sombrio, no caso específico do ensino médio, a realidade era ainda menos alentadora, pois havia uma grande massa em idade escolarizável que em 1985

chegava a 15.410 pessoas e cinco anos depois atingiu o patamar de 38.957, cujo atendimento não se efetivou na sua totalidade.

No entanto, nesse município a taxa de matrícula não acompanhou o mesmo ritmo de crescimento vivido pela população escolarizável. Desse modo, o número de alunos realmente matriculados alcançou o total de 1.066 (6,92%) em 1985, mas a capacidade de absorção no sistema escolar mantido pelo Estado em Tucuruí reduziu-se significativamente para 1.413 (3,63%) no ano de 1990. O gráfico 11 mostra a relação entre a população escolarizável de 5 a 19 anos e a matrícula realizada por níveis de ensino.

GRÁFICO 11: RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL DE 5 A 19 ANOS E A MATRÍCULA REALIZADA, POR NÍVEIS DE ENSINO, NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ-PARÁ/ 1985-1990



Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

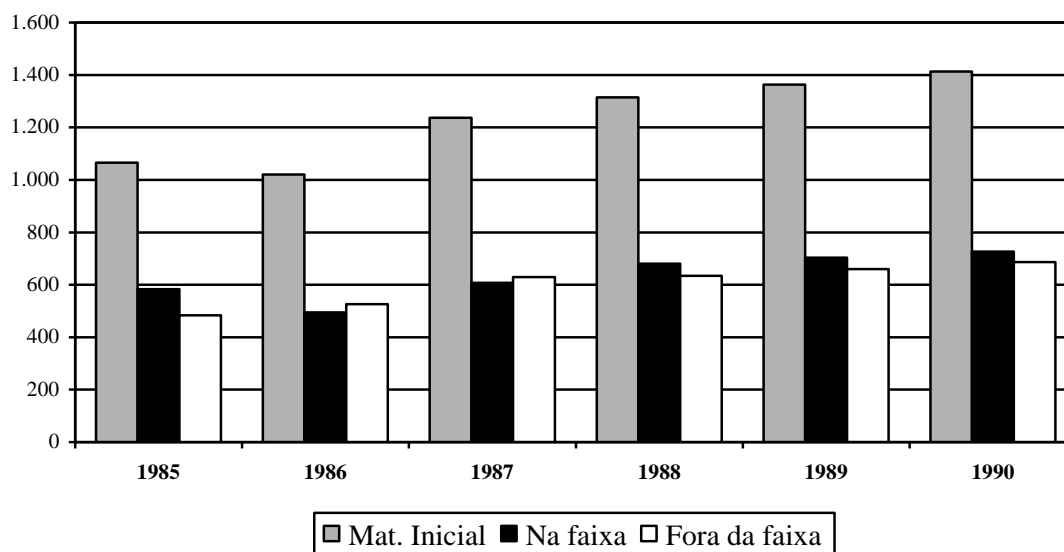
O ensino médio atingiu proporções bastante reduzidas em relação à população escolarizável, esta por sua vez manteve-se em progressão contínua, sendo que a referida modalidade de educação escolar permaneceu quase inalterada em termos de acesso.

Além de ter o número de atendimento reduzido em relação à população escolarizável existente, também era representativo o total de alunos matriculados fora da idade escolar, sendo que em 1985 a taxa era de 483 (45,30%), enquanto em 1990 ela ficou em torno de 686 alunos (48,55%), o que revela a sua progressiva expansão ao longo dos anos. Havia, portanto um déficit educacional bastante acentuado no município de Tucuruí, cuja cifra real subiu de 96,08% em 1985 para 98,13% ao final dos anos 80.



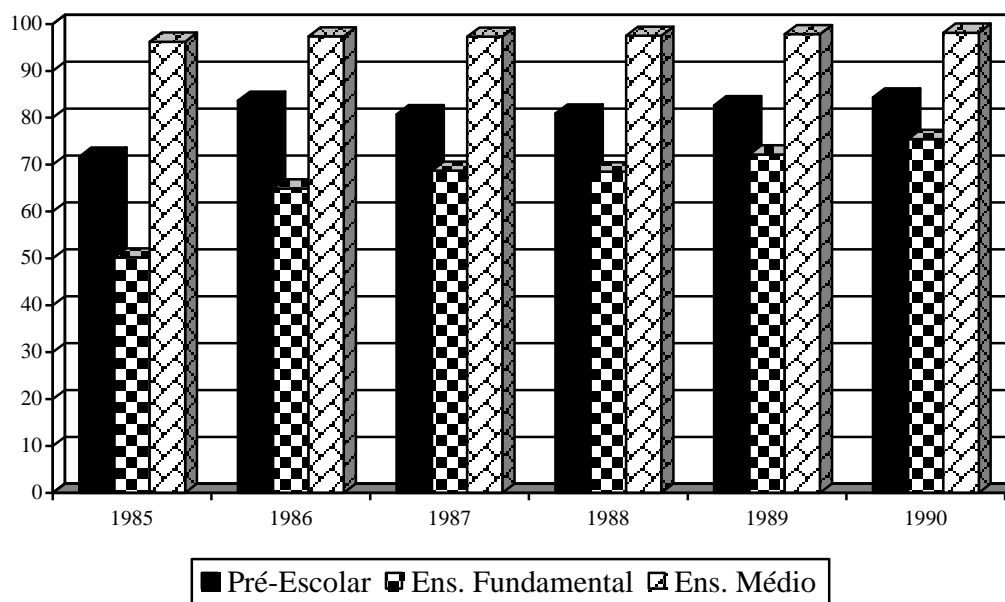


GRÁFICO 12: ATENDIMENTO ESCOLAR DE NÍVEL MÉDIO FORA DA FAIXA ETÁRIA NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ-PARÁ/ 1985-1990



Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

GRÁFICO 13: DÉFICIT NO ATENDIMENTO ESCOLAR ENTRE A POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL DE 5 A 19 ANOS, POR NÍVEIS DE ENSINO, NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ-PARÁ/ `85-1990



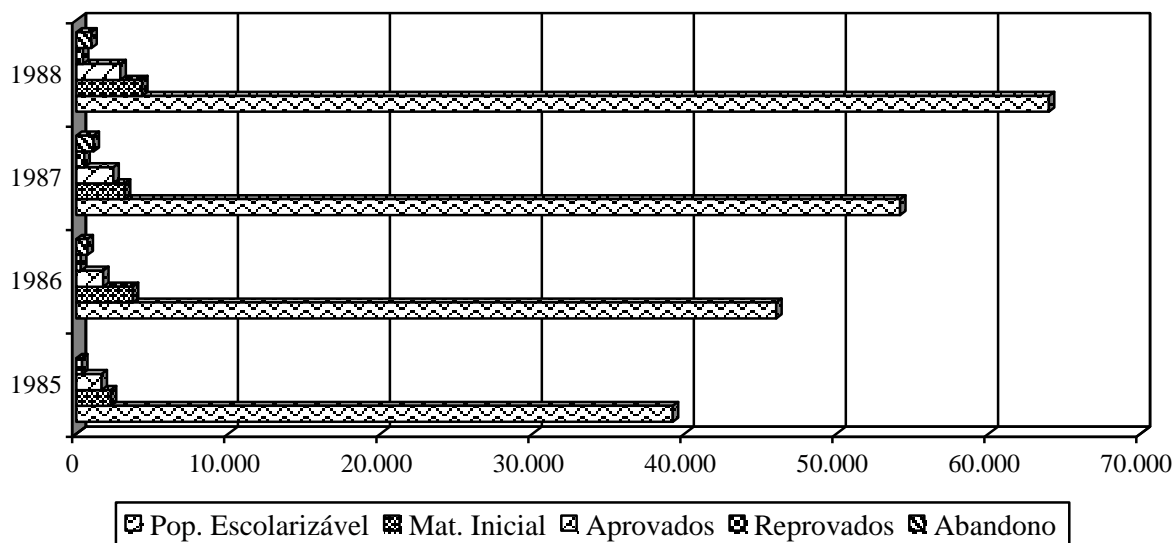
Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

Observando-se a movimentação escolar nas três modalidades, percebemos que o déficit no atendimento aumentou no decorrer da década de oitenta.

Conforme se pode depreender dos dados estatísticos relativos a essa realidade municipal, a política de expansão do ensino médio não reverteu as precariedades do atendimento escolar e tampouco reduziu o déficit na prestação desses serviços à população escolarizável habitante do município de Tucuruí.

De acordo com o Gráfico abaixo pode-se notar que a trajetória de escolarização no ensino médio na microregião de Marabá, era marcada pelo acentuado processo seletivo que se traduzia nos municípios a ela pertencentes estudados por nós.

GRÁFICO 14: MOVIMENTAÇÃO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO NA MICROREGIÃO DE MARABÁ-PARÁ, INCLUINDO POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL, MATRÍCULA INICIAL, APROVADOS, REPROVADOS E ABANDONO/ 1985-1988



Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

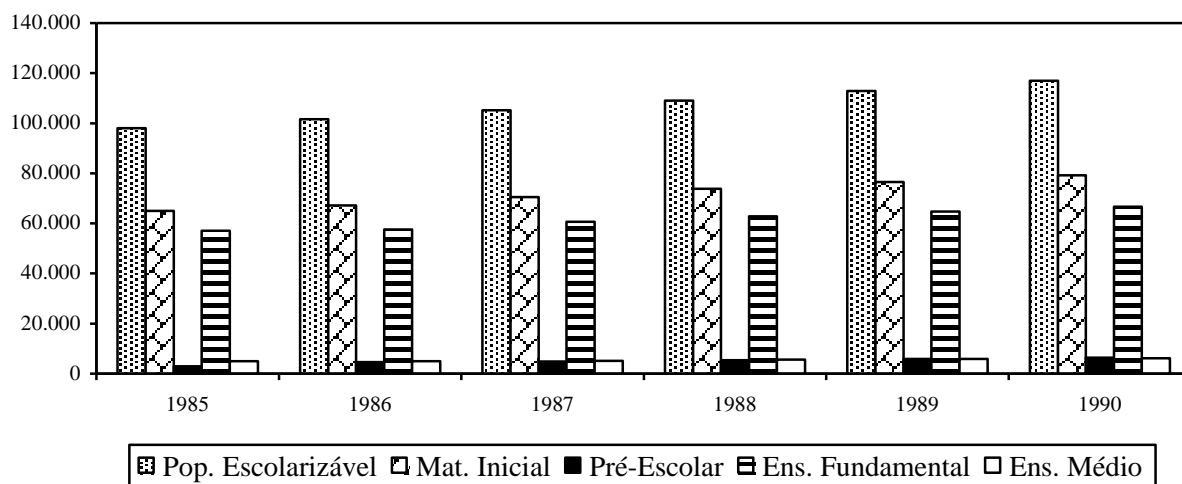
Havia, portanto uma baixa produtividade no fluxo escolar, a qual se tornava mais gritante quando a ela se associavam os elevados índices de reprovação e abandono dos estudantes matriculados.

Localizado na região do Baixo Amazonas, o município de **Santarém** também sofreu um aumento de sua população escolarizável na faixa etária de 15 a 19 anos. Apesar desse crescimento acelerado, o ensino de primeiro grau teve um atendimento real progressivo passando de 57.133 (87,26%) em 1985 para

66.697 (90,89%) no ano de 1990. Portanto o déficit escolar nessa modalidade era pouco expressivo e foi reduzido de 12,74% para 9,11% no mesmo período.

Embora o atendimento escolar no primeiro grau estivesse perto de ser universalizado, tal tendência não se aplicava para o nível médio de escolarização (Ver gráfico 15 em anexo). Nesta modalidade, a população escolarizável passou de 27.450 em 1985 para 32.713 em 1990. Matricularam-se 4.947 (18,02%) e 6.089 (18,61%) alunos respectivamente naqueles anos. Portanto, a capacidade de atendimento aumentou timidamente em relação à demanda; isto fez com que o déficit educacional sofresse uma redução de 88,88% em 85 para 84,65% em 90, todavia, não houve cobertura universal.

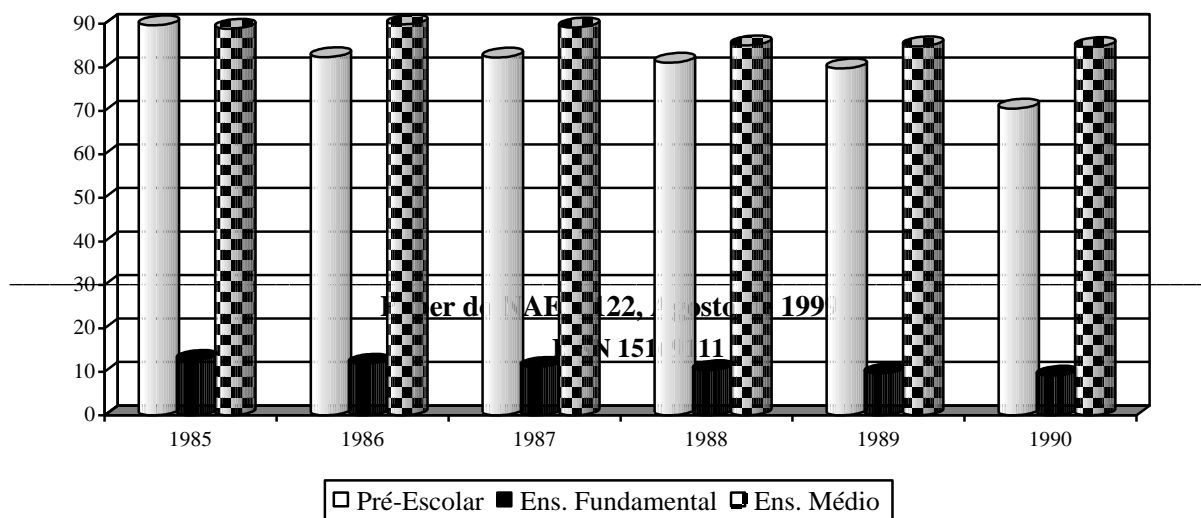
GRÁFICO 16: RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL DE 5 A 19 ANOS E A MATRÍCULA REALIZADA, POR NÍVEIS DE ENSINO, NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PARÁ/ 1985-1990



Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990) Belém: SEDUC, 1989.

Nesse município, o ensino fundamental também adquiriu uma presença marcante no que se refere ao atendimento escolar. Isto se refletia igualmente nos baixos patamares deficitários existentes nessa modalidade.

GRÁFICO 17: PERCENTUAL DO DÉFICIT DE ATENDIMENTO ESCOLAR ENTRE A POPULAÇÃO DE 5 A 19



---

**ANOS, POR NÍVEIS DE ENSINO, NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PARÁ/ 1985-1990**

**Fonte:** SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

No que se refere ao fenômeno da distorção idade/série, podemos notar que no município de Santarém do total de alunos matriculados, 61,7% (3.052) encontravam-se na idade exata de cursar o ensino médio, enquanto que 38,3% (1.895) ficavam fora dela no ano de 1985. Cinco anos depois a tendência era outra: dos 6.089 estudantes que ingressaram na escola 82,45% (5.020) respeitavam a cronologia estabelecida, embora 17,55% (1.069) não a seguissem. É válido ressaltar que no decorrer do período 1985-1990 a distorção idade/série dos alunos que ingressaram no ensino médio foi reduzida. (Ver gráfico 18 em anexo)

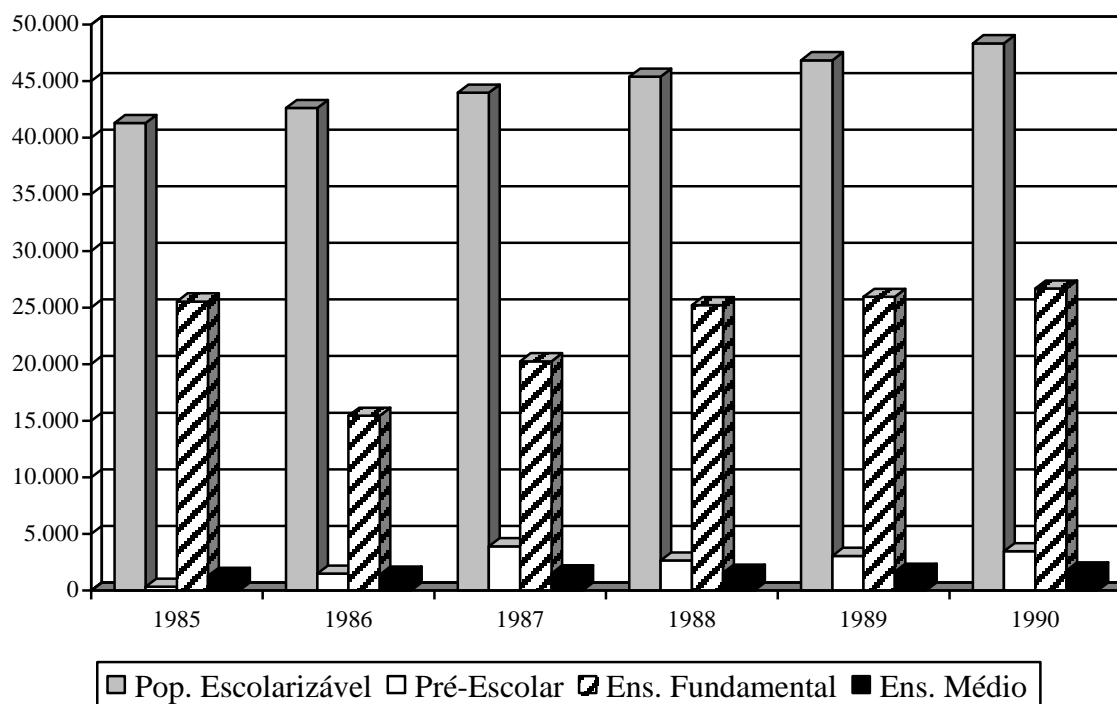
A política educacional de expansão do atendimento escolar em Santarém, produziu efeitos positivos sobre a população escolarizável, uma vez que esta passou a contar com maiores oportunidades de acesso aos assentos escolares, principalmente nos três últimos anos da década de 80. Além do mais, o número de pessoas fora da faixa etária reduziu-se, ampliando-se, assim, o contingente de estudantes que ingressavam com o perfil cronológico esperado.

Quanto ao município de **Bragança**, situado na microregião Bragantina, havia uma grande demanda por vagas entre a população escolarizável. Contudo, o atendimento escolar proporcionado pelo Estado, não foi suficiente para suprir o quadro de carência existente, conforme indicam os dados estatísticos constantes do gráfico 19 em anexo.

Muito embora o atendimento escolar estivesse próximo de ser universalizado no ensino de primeiro grau, o qual contava com taxa de matrícula acima de 60%, o déficit educacional na referida modalidade alargava-se progressivamente indo de 17,84% em 1985 para 24,86% no ano de 1990. Os alunos que ingressavam na faixa etária (74,88 e 76,49% nos respectivos anos) eram superiores àqueles com idade irregular (25,12 e 23,60%). Ou seja, a distorção idade/série obteve diminuta redução nos seus índices.

A demanda escolarizável em idade de frequentar o ensino médio passou de 11.591 em 1985 para 13.786 no final dos anos oitenta. Todavia, o atendimento escolar permaneceu aquém do total demandado, mas crescia moderadamente, onde a taxa de matrícula atingiu 1,21% (1.299) no ano de 85 para fechar o período com 12,78% (1.762) de alunos incorporados à instituição escolar.

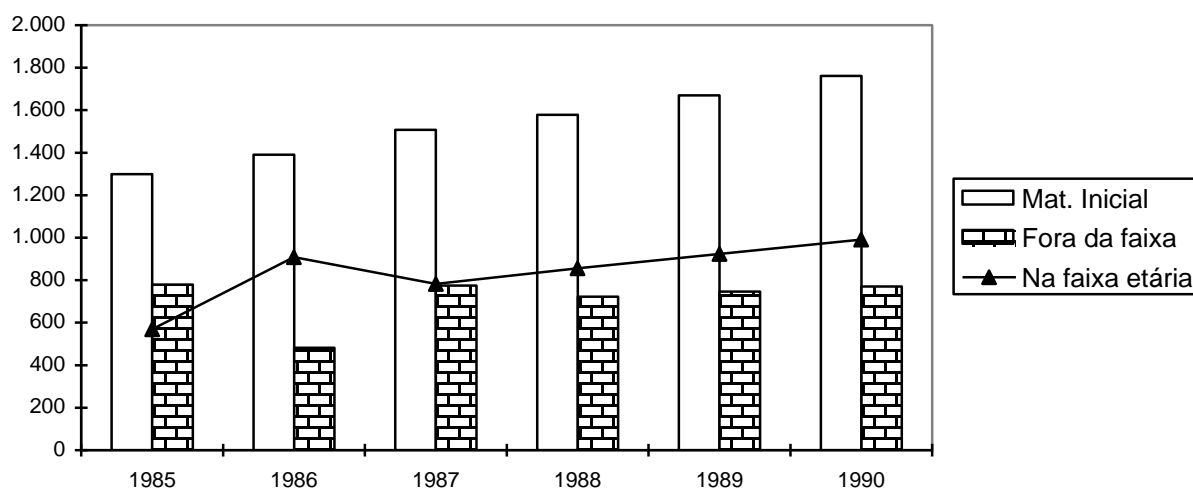
GRÁFICO 20: RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL E A MATRÍCULA REALIZADA, POR NÍVEIS DE ENSINO, NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA-PARÁ/ 1985-1990



Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

Em relação à distorção idade/série, em 1985 56,19% (730) dos alunos matriculados no sistema de ensino estavam com idade distorcida, enquanto 43,81% (569) seguiam o critério etário estabelecido. Ao final da década essa realidade se reverteu e o atendimento escolar na idade real de 15 a 19 anos passou para 56,25% (991), enquanto o índice de desvio cronológico sofreu uma redução para 43,75%. Isto significa que a taxa de atendimento que inicialmente girava em torno de 11,21% ascendeu para 12,78% durante esses cinco anos de intervenção estatal na política educacional no município de Bragança.

GRÁFICO 21: ATENDIMENTO ESCOLAR DE NÍVEL MÉDIO FORA DA FAIXA ETÁRIA NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA-PARÁ/ 1985-1990



Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990)

Apesar desses dados aparentemente favoráveis, o déficit educacional de atendimento à população escolarizável continuou extremamente limitado e numa escala superior a 80%. Entretanto, esse índice que atingiu 88,79% em 1985, foi sendo paulatinamente reduzido para 87,22% em 1990. (Consultar o gráfico 22 em anexo)

No município de Bragança, bem como em toda a microregião bragantina, portanto, eram bastante limitadas as possibilidades de acesso às vagas escolares no ensino médio, além do que existia um número acentuado de pessoas que aspiravam estudar fora da idade correspondente. Isto nos faz pensar que o crescimento da rede escolar foi incapaz de acompanhar o ritmo de crescimento da demanda escolarizável, o que resultou na exclusão de um grande contingente escolarizável dos bancos escolares.

Um outro município que também experimentou uma elevação no seu contingente populacional escolarizável, foi **Ananindeua**, situado na microregião de Belém. A respeito da realidade de movimentação escolar do ensino médio na microregião de Belém no período de 1985-1988, ver gráfico 23 em anexo.

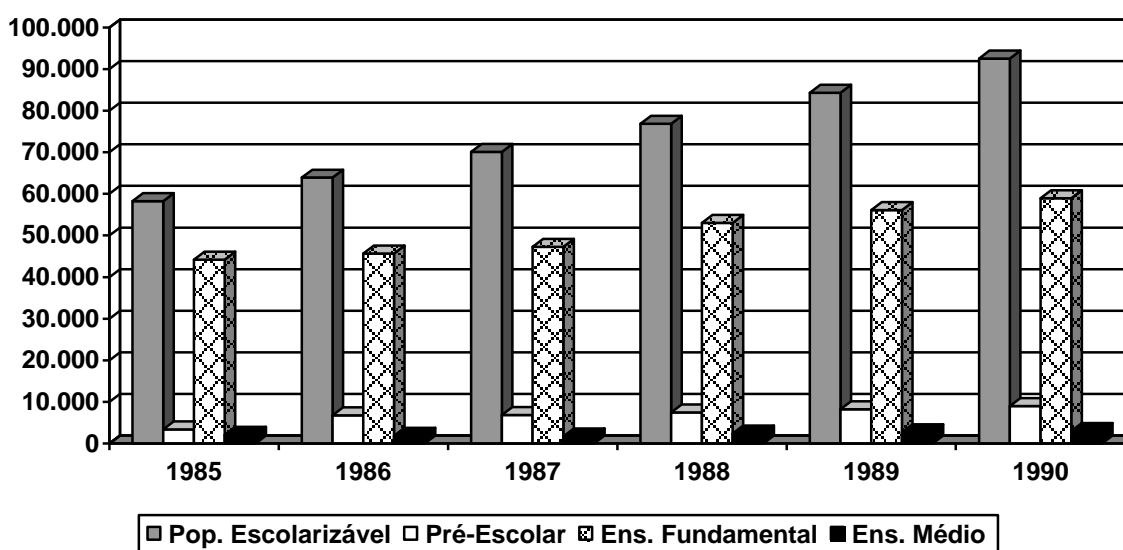
Nessa localidade, a população escolarizável na faixa etária de 7 a 14 anos em 1985 (38.802), era inferior ao número efetivo de matrículas realizadas (44.193). Essas estatísticas levam-nos a supor que o

sistema escolar de primeiro grau estava saturado na sua capacidade para receber novos alunos devido às freqüentes retenções/reprovações promovidas no interior da instituição escolar.

O déficit real no atendimento escolar de primeiro grau passou de 11,73% para 18,19% no intervalo 1985-1990. Isso quer dizer que as matrículas foram sendo reduzidas à medida que aumentava a população escolarizável (88,27% no início do período, para 81,81% ao seu final).

Em se tratando do ensino médio, a seletividade também era uma tônica constante no município de Ananindeua. Entre a população escolarizável, a taxa de atendimento mostrava-se muito reduzida. Em 1985, por exemplo, somente 16,26% (2.060) da demanda de 12.667 fora matriculada; já em 1990 apenas 13,28% (3.006) tiveram vagas asseguradas entre os mais de 22.643 demandantes.

GRÁFICO 24: RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL DE 5 A 19 ANOS E O ATENDIMENTO ESCOLAR, POR NÍVEIS DE ENSINO, NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA-PARÁ/ 1985-1990

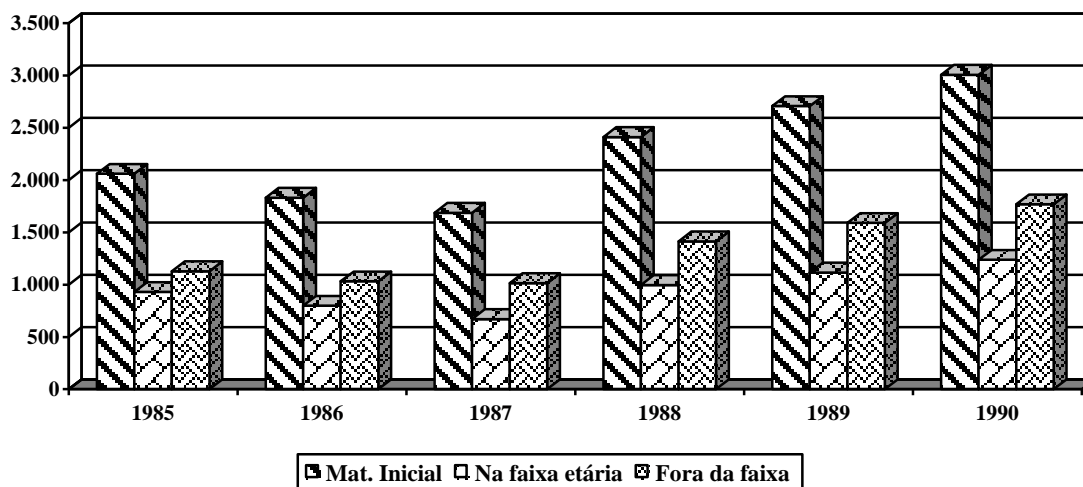


Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

Também na realidade do município de Ananindeua, era o ensino fundamental que maior expressão possuía no que concerne às matrículas realizadas. Já o ensino médio desfrutava de uma diminuta cobertura da demanda.

Além desse fato, o fenômeno da distorção idade/série tornou-se um problema constante, cujo índice das pessoas matriculadas nessa condição, permaneceu superior em relação aos alunos na idade padrão correspondente a tal modalidade de ensino.

GRÁFICO 25: ATENDIMENTO ESCOLAR DE NÍVEL MÉDIO FORA DA FAIXA ETÁRIA NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA-PARÁ/ 1985-1990



Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

A taxa da matrícula fora da faixa etária manteve-se com índices superiores em relação às matrículas na idade exigida como ideal.

Ou seja, do total de alunos matriculados 45,20% (931) estava dentro da idade em 1985, enquanto 54,80% fugia à regra. No ano de 1990 41,16% (1.287) dos estudantes ingressavam na idade certa, outros 58,84% não levavam em conta esse quesito. O déficit educacional real para o município de Ananindeua, subiu de 92,65% para 94,54% em apenas um quinquênio. (Ver Gráfico 26 em anexo)

Em se tratando do município de **Belém**, pertencente à microregião de Belém, a situação do atendimento escolar igualmente apresentava sérios problemas (Consultar o gráfico 27 em anexo). No segundo quinquênio dos anos 80, em decorrência do êxodo rural estimulado pela implantação dos Grandes Projetos na região amazônica, esse município viveu um aumento considerável da demanda escolarizável de 7 a 14 anos indo de 259.418 em 1985 para 334.785 ao fim da década. Contudo, o atendimento escolar não teve essa mesma desenvoltura ficando com 90,80% (235.552) alunos em 85 e baixando esse patamar para 77,76% (260.321) em 1990. Portanto o déficit escolar alcançou progressivamente níveis mais elevados de 32,06% para 41,86% respectivamente.



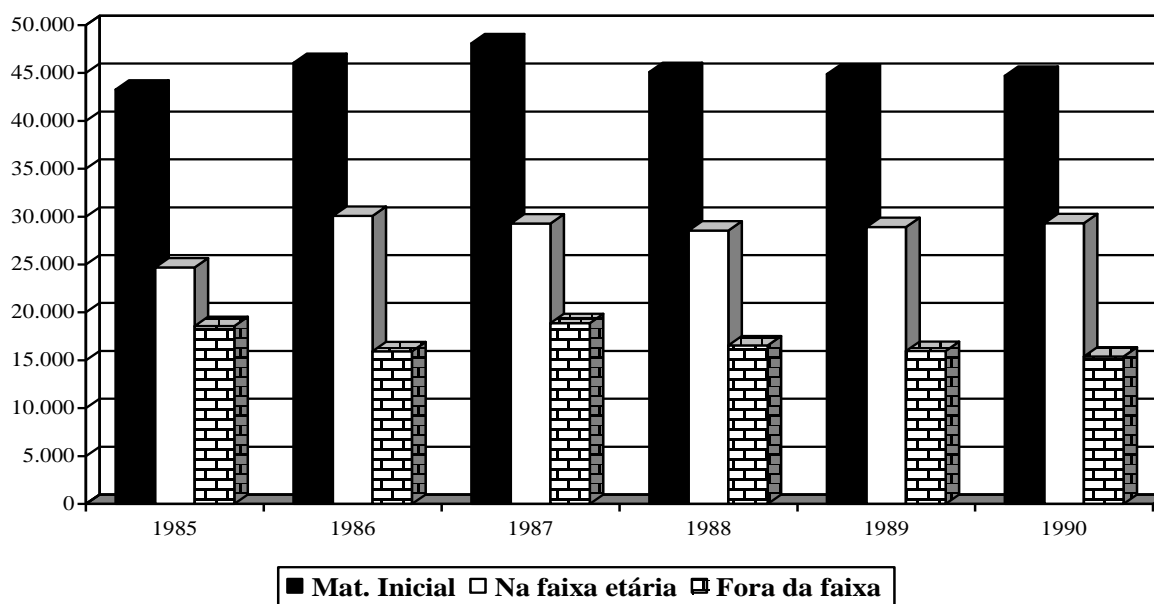
Na capital do Estado do Pará, o cenário estatístico configurado para o ensino médio também era insatisfatório do ponto de vista da eficiência das medidas tomadas pelos governos estaduais da época em relação ao setor educacional.

Nos anos 80 a população escolarizável que era de 146.680 em 1985 passou para 181.743 em 1990. Desse total, encontravam-se matriculados 43.261 (29,49%) e 44.696 (24,59%) no referido período. Havia, portanto, um atendimento aquém da demanda e com índices inferiores a 30%.

Devido a essa situação, o déficit educacional ficou sempre acima de 60%, atingindo 70,51% em 1985, declinando sensivelmente nos dois anos posteriores (69,93%/87 e 69,90%/87), concluindo a série histórica em 1990 com 75,41% de carência nos índices de inclusão escolar. (Gráfico 28 anexo)

No que diz respeito à distorção idade/série, o número de alunos matriculados em 1985 18.562 (42,90%), estavam com idade incompatível ao nível escolar médio, enquanto 24.699 (57,10%) correspondiam a ela. Em 1990, o ingresso escolar fora da idade foi reduzido para 15.387 (34,42%) e o atendimento no período cronológico ideal atingiu 29.309 (65,58%).

GRÁFICO 29: ATENDIMENTO ESCOLAR DE NÍVEL MÉDIO FORA DA FAIXA ETÁRIA NO MUNICÍPIO DE BELÉM-PARÁ/ 1985-1990



Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

Portanto, à medida que o contingente escolarizável se expandia, a capacidade do sistema escolar ficava seriamente comprometida, pois o mesmo não existia em proporções suficientes para atender a demanda estudantil.

Os dados estatísticos oficiais relativos à realidade educacional dos municípios paraenses com maior densidade populacional escolarizável, mostram que durante a década de 80, apesar de ter havido a expansão do sistema escolar, os problemas relacionados ao déficit escolar, à distorção idade/série e à insuficiência na oferta de vagas nos estabelecimentos estatais não foram devidamente solucionados. Embora o ensino médio tenha sido expandido, ele não chegou a abranger todo o universo existente, funcionando com uma demanda massivamente situada fora dos padrões etários.

As políticas educacionais aplicadas no momento de grande fervor da Nova República, revelaram-se pouco democráticas, pois a transferência da escola para o meio rural, não abdicou da lógica eficientista que a presidia nos centros urbanos. Além disso, a produção da seletividade escolar, não se apresenta como uma disfuncionalidade inerente ao sistema de ensino, ela constitui parte da dinâmica operacional do Estado capitalista que se utiliza dos efeitos por ela produzidos a fim de satisfazer os seus interesses e manter o controle do acesso ao conhecimento oficial lançando mão de um processo de escolarização seletivo e excludente para reproduzir a sua força de trabalho.

De que maneira os governos eleitos nos anos 90 procurarão enfrentar a problemática do atendimento escolar na modalidade de ensino médio? Que políticas educacionais serão por eles adotadas e que impactos elas vêm produzindo sobre esse nível de ensino?

## **2. A “síndrome da qualidade” na educação: as políticas públicas para o ensino médio desenvolvidas em tempos neoliberais pela Secretaria de Estado de Educação do Pará**

A partir dos anos 90 o modelo neoliberal começou a ganhar contornos mais definidos na realidade brasileira, provocando mudanças substanciais em todos os aspectos da vida humana. A perspectiva de colocar o mercado enquanto centro irradiador e modelador das relações sociais, igualmente passou a ser incorporado à lógica de produção e implementação de políticas públicas, afetando sobremaneira a forma de colocá-las em prática por intermédio do aparelho estatal.

De acordo com Bianchetti (1997), na concepção neoliberal, as políticas sociais pensadas para o sistema educativo precisam estar alinhadas ao conjunto de medidas estratégicas adotadas pelo setor produtivo. Nesse sentido, diz o referido autor: *o primeiro aspecto, que constitui o marco geral que orienta as políticas para a educação, é a ampliação da lógica do mercado nessa área. Essa lógica coloca a educação como um bem econômico que deve responder, da mesma maneira que uma mercadoria, à lei da oferta e da demanda. Segundo esse pressuposto, o ato estatal de subsidiar a educação significa assumir um papel subalterno frente à iniciativa privada, quer dizer, atender à demanda ali onde as escolas privadas não investem.*

Para Bianchetti, o Estado encontra-se subordinado à dinâmica do mercado, agindo em função de objetivos econômicos que presidem a produção de bens e serviços. Isto se torna mais evidente ao considerar que *a lógica do mercado na educação supõe uma relação entre a oferta do serviço educativo e a demanda da sociedade. A ação do Estado se reduz a garantir uma educação básica geral, liberando os outros níveis do sistema às leis do mercado. Ele premiará as instituições responsáveis por produtos de melhor qualidade para a demanda do mercado sancionando as ineficientes, por meio da retirada da demanda.*

As matrizes orientadoras do projeto neoliberal também estão tendo respostas favoráveis a elas quando da formulação das políticas públicas estatais no Brasil, tanto no âmbito do poder federal quanto nas elaborações das diretrizes adotadas por algumas unidades federadas que também aderem a esse projeto social.

No que se refere especificamente às políticas educacionais, a Secretaria Estadual de Educação do Pará, vem seguindo muitas das prescrições aplicadas pelo governo federal tendo em vista a suposta melhoria da qualidade no atendimento do sistema educacional paraense.

A preocupação para com a qualidade na educação, tornou-se um dos motivos básicos através do qual o Estado procura se fundamentar a fim de viabilizar a sua intervenção autoritária e conservadora no campo educativo. Nesta seção do texto, procuraremos compreender a maneira como essa problemática vem sendo abordada no interior da Secretaria de Estado de Educação do Pará.

No documento *Diagnóstico Educacional do Pará (1989-1995)*<sup>8</sup>, encontramos formuladas no cerne da proposta governamental paraense algumas ações que visam possibilitar aos cidadãos não apenas o acesso e a permanência na escola, mas também a prestação de serviços de qualidade por parte dessas instituições.

---

<sup>8</sup> SEDUC. *Diagnóstico Educacional do Pará (1989-1995)*. Belém: SEDUC, Série estatísticas educacionais, nº 1, 1996.

Segundo o “diagnóstico” da situação educacional feito pela SEDUC, as interferências dos governos durante os anos oitenta e início da década de noventa, adotavam como características principais a preocupação com a ampliação e a construção de novas escolas no intuito de poder abrigar a população escolarizável existente no Estado. Esta prioridade fez com que tais administrações relegassem ao plano secundário *o investimento necessário à melhoria da qualidade do ensino no Estado*.

A partir do ano de 1995, na administração do governador Almir Gabriel ligado ao Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), o índice de cobertura escolar e a redução do déficit educacional foram dados como “satisfatórios” do ponto de vista do atendimento no sistema de ensino, por isso, a qualidade do ensino passou a ser incorporada como ponto central para onde deveriam estar direcionadas as políticas públicas desse setor.

Enquanto no ensino Pré-Escolar e fundamental vem acontecendo relativo crescimento na absorção da população escolarizável, tais modalidades não chegam a abranger todo o contingente existente, o que nos leva a concluir que a universalização do atendimento ainda precisa entrar na pauta das políticas públicas destinadas ao setor educacional no Estado. Todavia, se esses níveis de ensino apresentam problemas, o quadro no qual se encontra imerso o ensino médio “é grave”, pois *o grau de atendimento relativo à faixa etária de 15-19 anos vem apresentando uma evolução lenta no seu comportamento*; além de contar com uma capacidade financeira reduzida de *investimento direcionado ao desenvolvimento deste nível de ensino*<sup>9</sup>.

No Estado do Pará, no período de 1988-1995 a rede estadual foi a que registrou maior participação na cobertura da oferta de vagas no ensino médio entre a população escolarizável, seguida das redes particular, federal e municipal. Entretanto, a rede municipal promoveu o maior aumento no número de estabelecimentos de ensino à época. Nesse mesmo intervalo histórico, os índices de reprovação e evasão aumentaram, o que fez a SEDUC formular a seguinte denúncia: *o sistema educacional paraense mantém elevados indicadores negativos de produtividade do ensino, principalmente na rede pública estadual e municipal*<sup>10</sup>.

O sistema educacional paraense no nível do ensino médio vem operando condicionado por uma tríplice tragédia, posto que a rede estadual **menos aprova** os alunos atendidos, promove **maior reprovação** dos estudantes matriculados e há **maior número de abandono** escolar registrado nos

---

<sup>9</sup> SEDUC. Op. Cit., p. 25.

<sup>10</sup> SEDUC. Idem., p. 35.

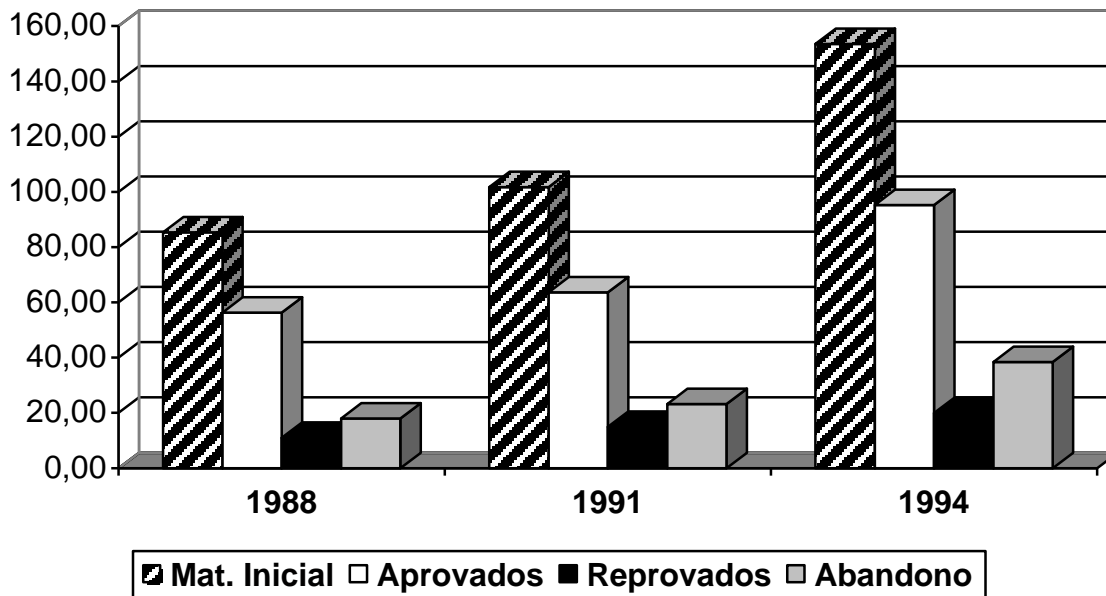
---

estabelecimentos estatais. Houve, portanto, uma queda na produtividade do ensino nessa modalidade durante o período 1988-1995, momento em que as atenções estavam eminentemente voltadas para a expansão quantitativa do mesmo<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> SEDUC. Idem., p. 37-40.

GRÁFICO 30: ALUNOS APROVADOS, REPROVADOS E AFASTADOS POR ABANDONO NO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO PARÁ/ 1988-1994

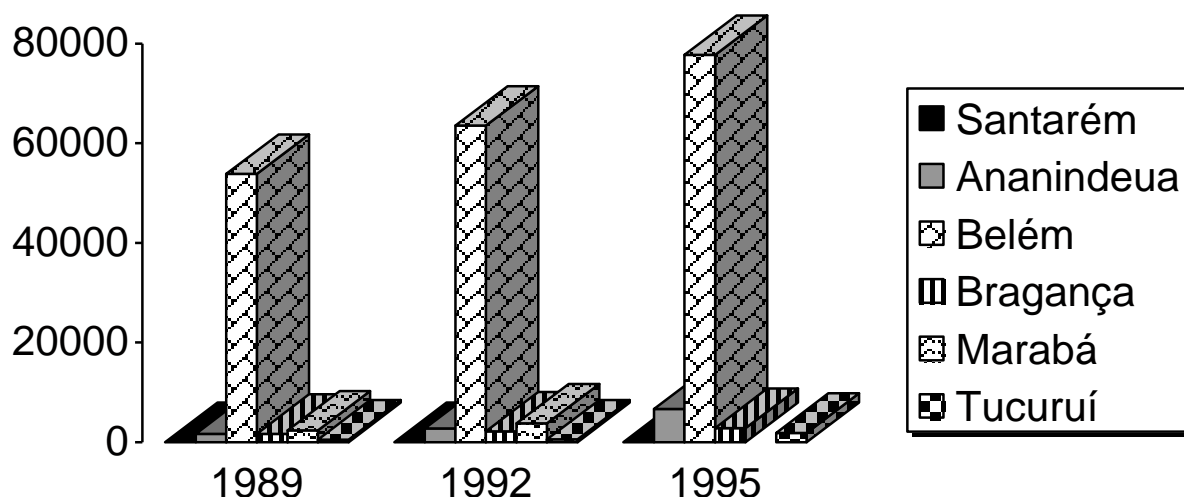


Fonte: SEDUC. Diagnóstico Educacional do Pará (1989-1995). Belém: SEDUC, 1996.

Se o quadro geral acerca do estado da educação no Pará, mostrado pelo “diagnóstico” oficial indica a persistência de déficit no atendimento seguido de freqüentes reprovações e abandonos escolares, qual a situação desfrutada no intervalo de 1989-1995 por aqueles municípios de grande densidade da população escolarizável, eleitos como referência de nossa investigação?

De acordo com o *Diagnóstico Educacional do Pará*, o sistema escolar no âmbito dos municípios atendidos pela Secretaria de Educação, não tem atingido o desempenho esperado, pois ainda persistem graves distorções na realização da matrícula nos três níveis de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), onde a zona urbana detém a maior concentração das matrículas existentes no Estado.

GRÁFICO 31: ATENDIMENTO ESCOLAR DE NÍVEL MÉDIO SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO MUNICIPAL – PARÁ / 1989-1995

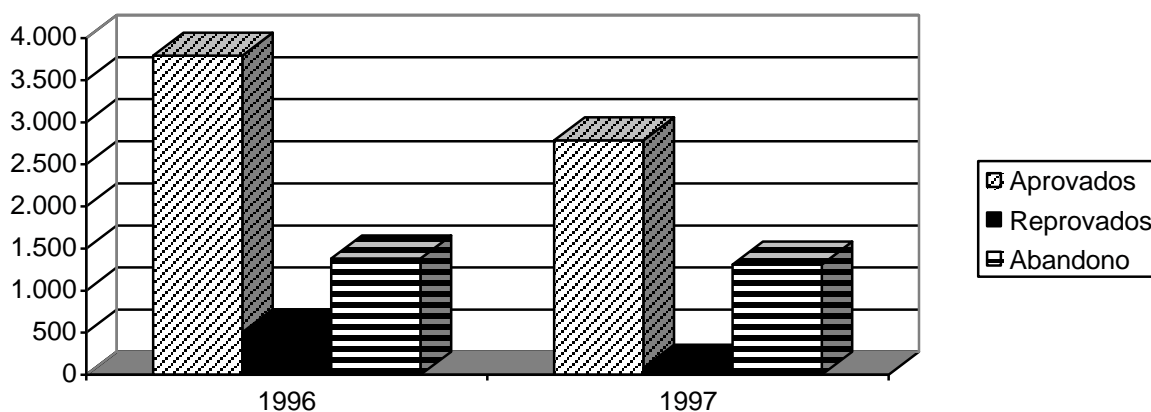


Fonte: SEDUC. Diagnóstico Educacional do Pará (1989-1995). Belém: SEDUC, Série Estatísticas Educacionais nº 1, 1996.

No município de Marabá, no período de 1989-1995, o atendimento escolar no nível da educação média quase dobrou passando de 2.357 para 5.250 estudantes. Todavia, esse incremento ficou concentrado somente na zona urbana. Sendo que do total de 5.250 matrículas a rede Estadual assumia 97,50% (5.119) das vagas enquanto a rede particular abrigava apenas 131 (2,50%). O número de estabelecimentos igualmente sofreu alterações subindo de 98 para 246 afetando as zonas urbana e rural.

Em relação ao índice de produtividade, o número de alunos aprovados decresceu em proporção ao aumento da matrícula, o mesmo acontecendo com a repetência, mas o abandono escolar permaneceu elevado conforme atestam os dados do gráfico a seguir.

GRÁFICO 32: MOVIMENTAÇÃO ESCOLAR NA MODALIDADE DE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE MARABÁ-PARÁ/ 1996-1997

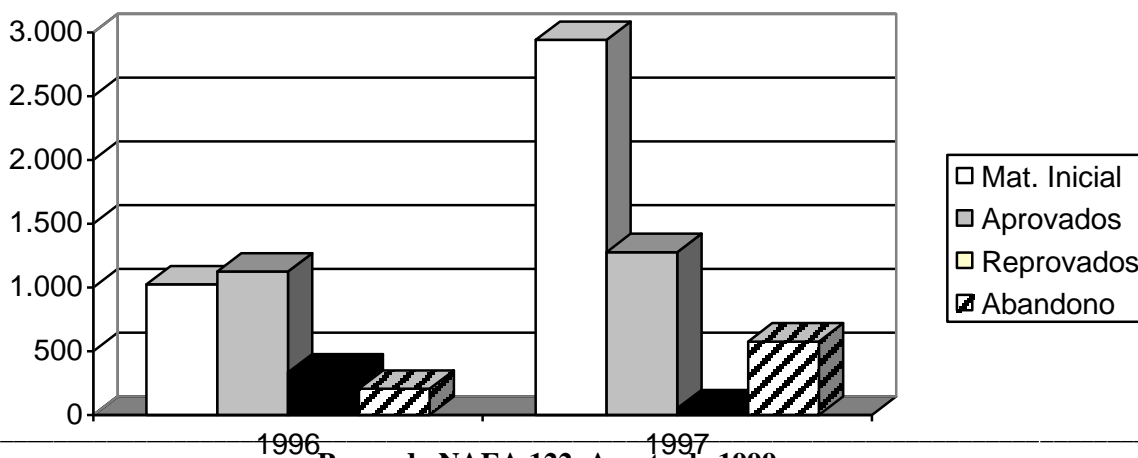


Fonte: SEDUC. Diagnóstico Educacional do Pará (1996-1997). Belém: SEDUC, Série Estatísticas Educacionais nº 2, 1998.

Em Tucuruí, na mesma época, as matrículas triplicaram aumentando de 512 para 1.883, concentrando-se também na zona urbana, com a intervenção apenas da rede estadual. Apesar desse crescimento, o número de estabelecimentos reduziu-se significativamente, passando de 239 em 1989 para 37 no ano de 1995.

Neste município, houve crescimento da matrícula, o número de reprovados diminuiu, todavia, a deserção escolar aumentou no intervalo de 1 ano.

GRÁFICO 33: MOVIMENTAÇÃO ESCOLAR NA MODALIDADE DE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ-PARÁ/ 1996-1997



Paper do NAEA 122, Agosto de 1999

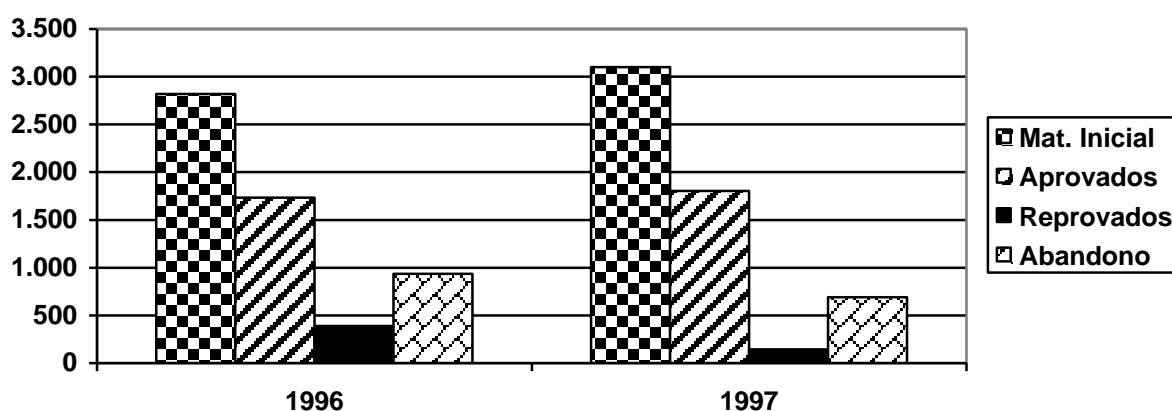
ISSN 15169111



Fonte: SEDUC. Diagnóstico Educacional do Pará (1996-1997). Belém; SEDUC, Série Estatísticas Educacionais nº 2, 1998

O município de Bragança teve um total de matrícula em torno de 1.685 em 1989 e 2.831 em 1995, porém, a zona urbana concentrava a maior parte dela 96,9% (2.744) e a zona rural ficava com 3,1% (87). O número de estabelecimento de ensino passou de 242 para 252 no mesmo período. Nessa localidade, os índices de aprovação aumentaram sensivelmente. Este fato teve reflexos sobre a redução do número de alunos reprovados assim como nas taxas de abandono escolar.

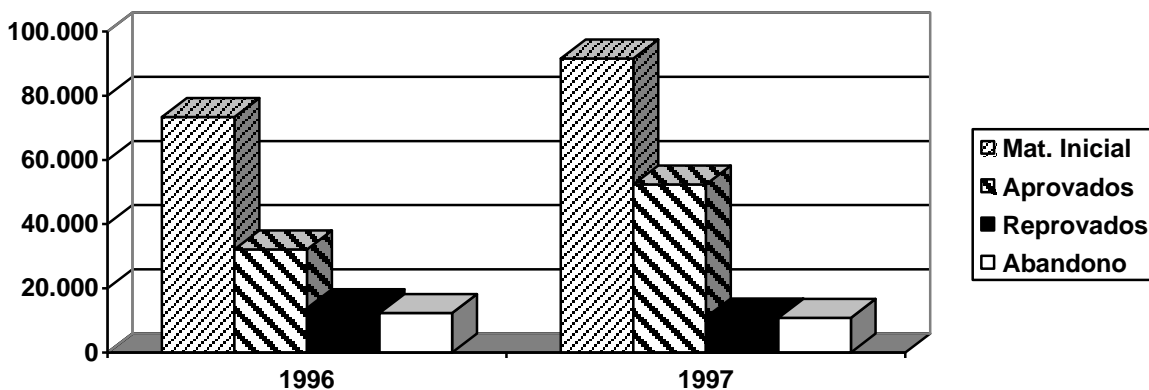
GRÁFICO 34: MOVIMENTAÇÃO ESCOLAR NA MODALIDADE DE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA-PARÁ/ 1996-1997



Fonte: SEDUC. Diagnóstico Educacional do Pará (1996-1997). Belém; SEDUC, Série Estatísticas Educacionais nº 2, 1998

Na zona urbana de Belém, a matrícula realizada no ensino médio foi de 53.829 em 1989 e 77.718 em 1995, o que revela uma elevação no seu valor. A rede estadual assumia em 1995 67,55% (52.500) dos atendimentos e a particular somente 32,45% (21.209). Quanto ao número de estabelecimentos, estes aumentaram de 289 em 1989 para 581 em 1995, fato esse que evidencia uma taxa representativa de elevação. No entanto, os índices de reprovação e abandono continuaram elevados.

GRÁFICO 35: MOVIMENTAÇÃO ESCOLAR NA MODALIDADE DE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE BELÉM-PARÁ/ 1996-1997

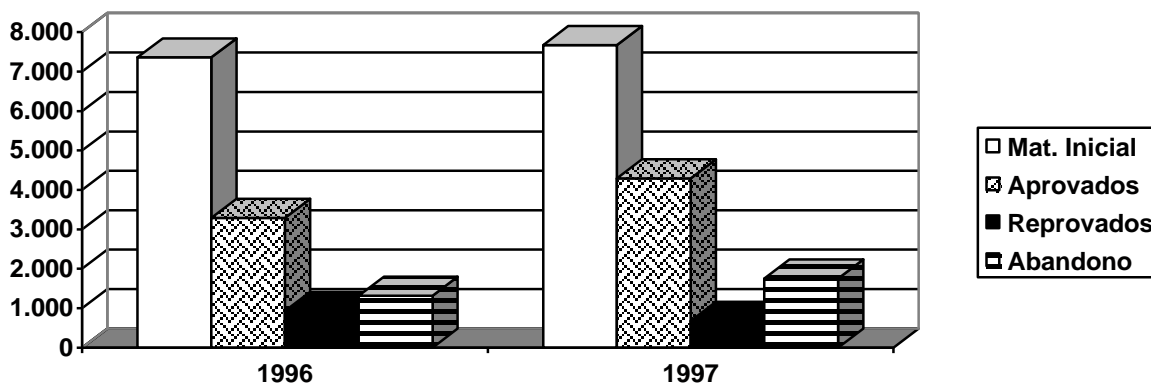


Fonte: SEDUC. Diagnóstico Educacional do Pará (1996-1997). Belém; SEDUC, Série Estatísticas Educacionais nº 2, 1998

Em relação ao município de Ananindeua, o atendimento escolar no nível médio subiu de 1.689 para 6.653 no período 1989-1995, onde a zona urbana recebia maior parte das matrículas (6.400) e a zona rural apenas 253. Nesse mesmo intervalo, os estabelecimentos em atividades passaram de 124 para 152. A rede estadual igualmente era a maior fornecedora de vagas escolares, assumindo por completo as responsabilidades pela educação média.

Além de manter uma taxa elevada na reprovação escolar, à medida que aumentava a matrícula, crescia também o abandono dos alunos.

GRÁFICO 36: MOVIMENTAÇÃO ESCOLAR NA MODALIDADE DE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA-PARÁ/ 1996-1997

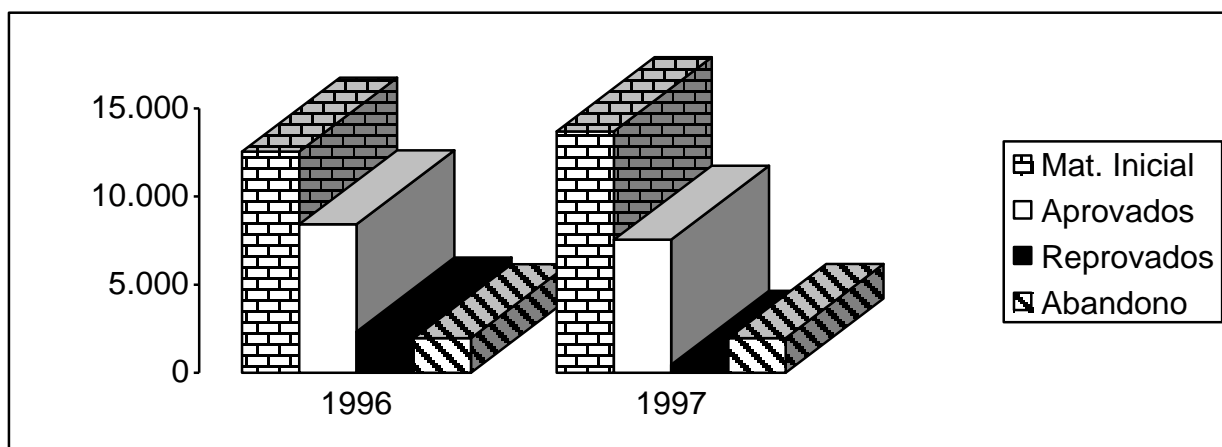


Fonte: SEDUC. Diagnóstico Educacional do Pará (1996-1997). Belém; SEDUC, Série Estatísticas Educacionais nº 2, 1998

Quanto ao desempenho vivido pelo município de Santarém, o atendimento do sistema escolar se ampliou de 6.295 em 1989 para 10.960 em 1995, ficando a zona urbana com grande parte das matrículas. Entretanto, o total de estabelecimentos existentes diminuiu de 544 para 532 nessa mesma época. É preciso destacar que a rede estadual era a que dava maior cobertura à população escolarizável.

O quantitativo de alunos aprovados decresceu, ao mesmo tempo em que diminuiu a reprovação. Porém, o número de alunos que abandonaram as escolas superou as taxas de reprovação.

GRÁFICO 37: MOVIMENTAÇÃO ESCOLAR NA MODALIDADE DE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PARÁ/ 1996-1997



Fonte: SEDUC. Diagnóstico Educacional do Pará (1996-1997). Belém; SEDUC, Série Estatísticas Educacionais nº 2, 1998

Em que pesem os esforços governamentais para combater o déficit educacional no Estado do Pará, a análise dos dados referentes às realidades municipais mostra que o crescimento no atendimento escolar de nível médio por si só, não se traduziu em ação suficiente para dar conta de erradicar o “crônico” problema da reprovação e abandono escolar.

Portanto, de modo geral, o desempenho educacional dos municípios estudados tem sido muito fraco em termos de aprovação dos estudantes atendidos. Além do mais, a seletividade apresenta-se como uma das características também presente no sistema escolar paraense que perpassa em todos os níveis de ensino. Conforme os dados apresentados pela SEDUC (1996), de cada 100 alunos matriculados na 1ª série do ensino fundamental apenas 12 alcançam a 8ª série, sendo que a metade é retida logo na 1ª série. No ensino médio, de cada 100 alunos atendidos na 1ª série somente 60 atingem a 3ª série.

Paradoxalmente, enquanto o número de atendimento escolar da população escolarizável aumentou no período de 1989-1994, os índices de aprovação diminuiu ao mesmo tempo que cresceram os percentuais de reprovação e abandono entre os estudantes tanto no nível fundamental quanto médio.

Diante dessa realidade, o Diagnóstico Educacional conclui: os municípios paraenses em sua grande maioria, evidenciam elevado insucesso escolar. Manter o aluno na escola tem sido um problema de natureza estrutural<sup>12</sup>.

Segundo os informes divulgados pela SEDUC, o baixo desempenho educacional, constitui uma realidade que afeta grande parte dos municípios paraenses. É necessário, pois “reprovar a reprovação” uma vez que *a cultura do fracasso escolar, na escola, continua firme e fazendo muitas vítimas*<sup>13</sup>. Combater a reprovação assim como a distorção idade/série representam sérios desafios às políticas públicas educacionais no Pará.

À medida que a oferta de vagas nas modalidades de ensino vem crescendo, aumenta igualmente o número de alunos matriculados com idade inadequada em relação à série freqüentada. Entre a população de 15 a 19 anos tem sido realizado maior número de matrículas, no entanto, elas não correspondem às séries ideais, pois grande parte dos alunos nessa faixa etária encontram-se matriculados no ensino fundamental. Os estudantes revelam, portanto, índices elevados de distorção idade/série que, no caso do ensino médio, chega a medir valores acima de 90%<sup>14</sup>.

Para combater o baixo índice de produtividade do sistema educacional, a SEDUC (1998a: 45-52) passou a adotar a matrícula com dependência de estudos em até duas disciplinas, a partir da 6ª série do Ensino Fundamental, 4ª etapa da Educação de Jovens e Adultos e 2ª série do Ensino Médio. Além dessas medidas, três outras condições são apontadas, quais sejam: é preciso que se busque novas práticas metodológicas, novos recursos e fundamentalmente, nova forma de compreender e praticar o conteúdo curricular; elaboração do projeto pedagógico pela comunidade escolar e melhoria na elaboração dos instrumentos de avaliação.

A luta para estabelecer novos padrões de qualidade no campo educacional, segundo entende a Secretaria de Educação do Pará, passa pela adoção de uma política de valorização do magistério mediante a recuperação salarial do professor e à sua capacitação. No que concerne especificamente ao professor

---

<sup>12</sup> SEDUC. *Diagnóstico Educacional do Pará (1989-1995)*. Belém: SEDUC, Série Estatísticas Educacionais, nº 1, 1996, p. 89.

<sup>13</sup> SEDUC. *Diagnóstico Educacional do Pará (1996-1997)*. Belém: SEDUC, Série Estatísticas Educacionais, nº 2, 1998. P. 45

<sup>14</sup> SEDUC. *Diagnóstico Educacional do Pará (1998)*. Belém: SEDUC, Série Estatísticas Educacionais, nº 3, 1998b. P. 17.

leigo, a SEDUC e a UFPa já vêm trabalhando através do Projeto Gavião a fim de habilitar esses professores para o ensino fundamental. Aqui nos cabe perguntar: Quais são os fundamentos que servem de parâmetros norteadores à política de formação docente desenvolvida pelo Estado do Pará nos últimos 15 anos?

Na perspectiva do governo estadual paraense capacitar a base do saber, os professores, para que eles sejam de fato o instrumento eficaz que o processo educativo requer, é, portanto o grande desafio que temos de vencer<sup>15</sup>. Este compromisso se faz urgente já que na rede estadual e municipal grande parte dos professores que nelas atuam somente possuem o nível fundamental de formação (79%), 17% tem o nível médio e apenas 4% obteve formação em nível superior.

Se a formação do educador é situada como outro problema a superar, cabe indagar de que maneira a Universidade Federal do Pará está se posicionando face à questão? Qual o projeto de formação do educador proposto pelo Centro de Educação para o próximo século? Quais são as suas matrizes político-ideológicas?

No que diz respeito ao funcionamento das escolas, o Pará dispõe de uma rede de 14.175, sendo que 81% (11.544) situa-se em áreas rurais, funcionando em condições nem sempre adequadas, principalmente quando se quer prestar um atendimento escolar de qualidade à demanda estudantil, conforme anunciavam as metas fixadas pelo governo estadual a partir de 1995.

Ao descrever a situação das escolas localizadas na zona rural, a Secretaria de Educação revela o seguinte cenário: a) são escolas pequenas e em grande parte pertencem à rede municipal de ensino situada no meio rural (90%); b) nem todas as escolas possuem sala de direção, de secretarias e de professores, bibliotecas ou laboratório de ciência e informática; c) são poucas as escolas que estão devidamente equipadas e as que se encontram nessa condição concentram-se na zona urbana; d) grande maioria das escolas participam de programas especiais do Ministério da Educação e Cultura tais como: Merenda Escolar, Livro Didático e Material Escolar, mas poucas se beneficiam de recursos do Fundo Nacional para Desenvolvimento do Ensino e TV-Escola; e) existem escolas que não contam com abastecimento de água (3.033), esgoto sanitário (8.602) e energia elétrica 71% (10.077).

Esse quadro nos leva a concluir que o crescimento da rede escolar para a zona rural nos últimos 15 anos fora efetivado seguido da precarização da qualidade dos serviços prestados nos estabelecimentos de ensino, especialmente aqueles localizados no meio rural.

---

<sup>15</sup> SEDUC. *Diagnóstico Educacional do Pará (1996-1997)*. Belém: SEDUC, Série Estatísticas Educacionais, nº 2, 1998a. P. 31

Marcada por uma taxa de produtividade muito baixa, a década de 1988-1997, tanto para o ensino fundamental quanto para o médio, é caracterizada como a “década perdida”, durante a qual foram gerados *desperdício de tempo, de recursos financeiros, e baixíssimo retorno social, o que fortaleceu, em última análise a distorção série/idade e o déficit educacional*<sup>16</sup>. Nesse intervalo histórico, igualmente foram freqüentes e elevados os índices de reprovações e o abandono escolar no sistema público de educação no Pará.

### 3. Algumas considerações finais

O processo de expansão da escola pública ocorrido a partir dos anos 80 no Estado do Pará, muito embora tenha sido realizado dentro de um “clima democrático”, foi insuficiente no que concerne à democratização das oportunidades de acesso aos estabelecimentos de ensino, particularmente a modalidade média, a qual continuou segregando do acesso ao saber um número significativo da população escolarizável.

Os municípios atingidos pela desconcentração do sistema de ensino para o meio rural, como no caso daqueles cuja situação educacional fora analisada aqui, herdaram uma estrutura organizacional burocrática bastante rígida, onde o poder de decisão a respeito do planejamento, financiamento, conteúdo programático e dinâmica curricular permaneceu centralizado na SEDUC.

A oferta mais abrangente da educação média não resultou no aumento da produtividade do sistema de ensino, pois as reprovações e os abandonos continuaram a existir e até sofreram elevação nos seus patamares.

Apesar das dificuldades em operacionalizar o sistema de ensino, as redes estadual e municipal têm sido as de maior inserção no contexto dos municípios paraenses; são elas que sustentam a oferta da educação pública nessas localidades, assumindo grande parte das matrículas efetivadas.

Um balanço crítico acerca dos 15 anos de história de implementação de políticas públicas para o campo educacional, mostra que a democratização nas oportunidades de participação política não se fez seguir de princípios igualmente democráticos no que concerne ao campo econômico e cultural.

É preciso reinventar o estilo de se conceber e implementar as políticas públicas educacionais; isto requer participação e luta política por parte dos educadores, pois são eles que, em última instância,

---

<sup>16</sup> SEDUC. *Diagnóstico Educacional do Pará (1998)*. Belém: SEDUC, Série Estatísticas Educacionais, nº 3, 1998b. p 20-21.

---

reconfiguram-nas, dando-lhes novo corpus de significados, através da remodelação que fazem na política estatal no momento em que se concretiza o exercício da sua prática pedagógica.

Devemos pensar a educação como bem cultural público, cujo acesso é condição fundamental para o exercício de uma cidadania crítica e participativa, e não como um bem econômico a partir de onde se promove a diferenciação social e o individualismo competitivo, próprios do sistema capitalista que atualmente veste a couraça neoliberal.

Em tempos de predomínio da lógica neoliberal determinando a forma de realização das políticas públicas brasileiras, a escola enquanto espaço institucional público está profundamente ameaçada, pois a posse do conhecimento passou a ser controlada segundo a lei da oferta e procura regulada pelo mercado.

Dentro de tal contexto, a universalização do ensino médio torna-se um grande problema a ser superado. Isto colocará para o Estado do Pará o desafio de atingir essa meta sem transportar para esse nível de educação as mesmas situações de insucesso escolar verificadas no ensino fundamental por ocasião da implantação das políticas públicas supostamente democráticas dos anos 80.

**Referências**

BERGER FILHO, Ruy Leite. A universalização do ensino médio. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (coord). *Um modelo para a educação no século XXI*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

BIANCHETTI, Roberto. *O modelo neoliberal e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.

BRITO, Daniel Chaves de. *A SUDAM e a crise do desenvolvimento na Amazônia*. Belém: UFPa/NAEA. Paper do NAEA nº 96, 1998

KUENZER, Acácia, CALAZANS, M. Julieta C., GARCIA, Walter. *Planejamento e educação no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Cortez 1996. (Questões da nossa época, v. 21)

LEITE, Sérgio Celani. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999. (Questões da Nossa Época nº 70)

Secretaria de Estado de Educação. *Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990)*. Belém: SEDUC/IDESP, 1989.

———, *Boletim Informativo Estatístico-Educacional do Estado do Pará (1985-1988)*. Belém: SEEC/MEC-SEDUC, 1991.

———, *Diagnóstico Educacional do Pará (1989-1995)*. Belém: SEDUC, Séries Estatísticas Educacionais, nº 1, 1996.

———, *Diagnóstico Educacional do Pará (1996-1997)*. Belém: SEDUC, Série Estatísticas Educacionais, nº 2, 1998 a.

———, *Diagnóstico Educacional do Pará (1998)*. Belém: SEDUC, Série Estatísticas Educacionais, nº 3, 1998 b.

———, *Construção da proposta pedagógica dos conteúdos do ensino médio: subsídios para o trabalho dos professores*. Belém: SEDUC/DEME, 1999.

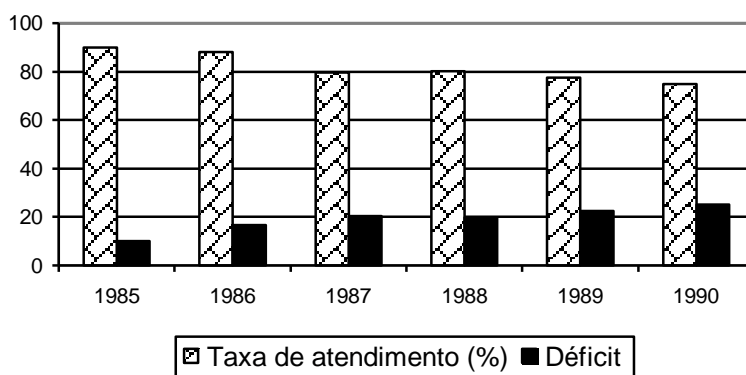
VELLOSO, João Paulo dos Reis, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (coord). *Um modelo para a educação no século XXI*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.



## Anexos

### Anexo 01

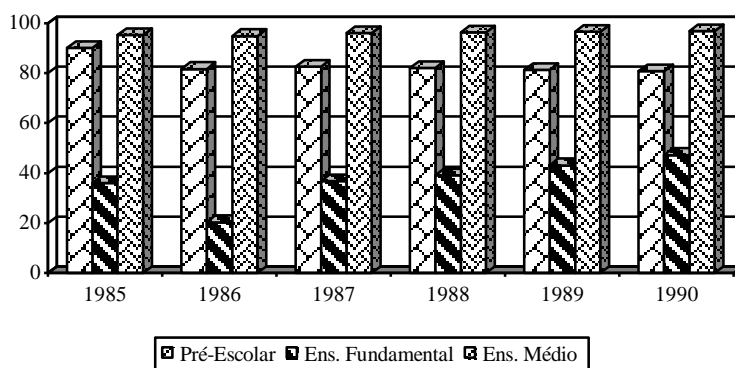
**Gráfico 03: Percentual do atendimento escolar no ensino fundamental no Estado do Pará/ 1985-1990**



Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

### Anexo 2

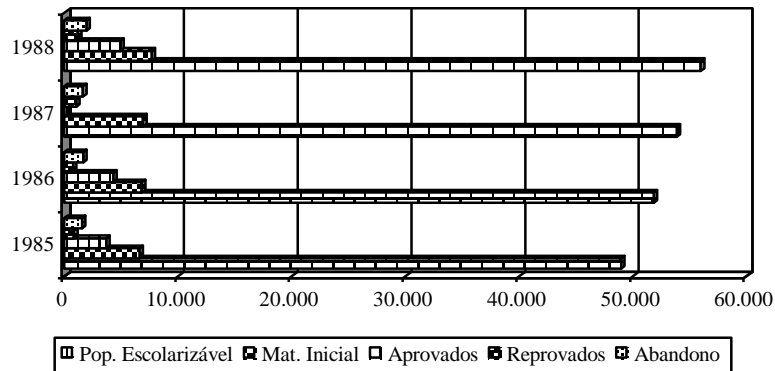
**Gráfico 09: Déficit de atendimento escolar entre a população escolarizável de 5 a 19 anos, por nível de ensino, no município de Marabá-Pará/ 1985-1990**



Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

### Anexo 3

**Gráfico 15: Movimentação escolar do ensino médio na microregião do Médio Amazonas no Estado do Pará, incluindo população escolarizável, matrícula inicial, aprovados, reprovados e abandono/ 1985-1990**

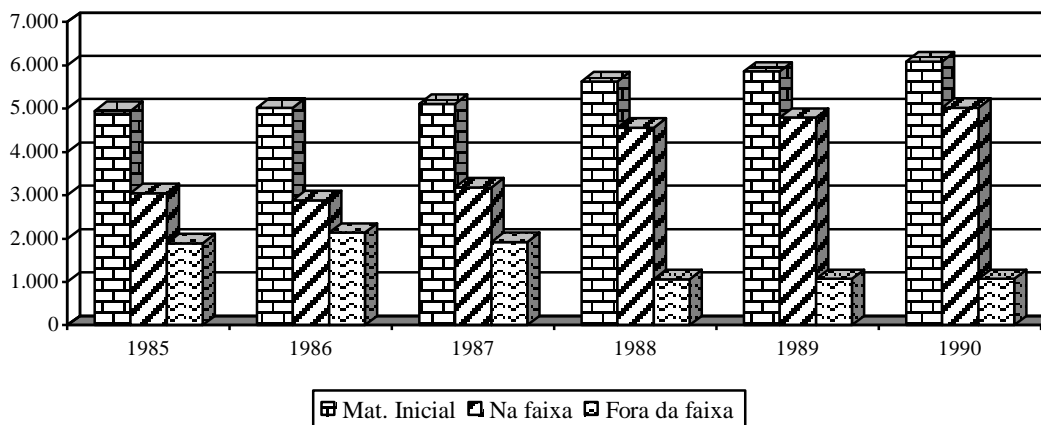


Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

### Anexo 4

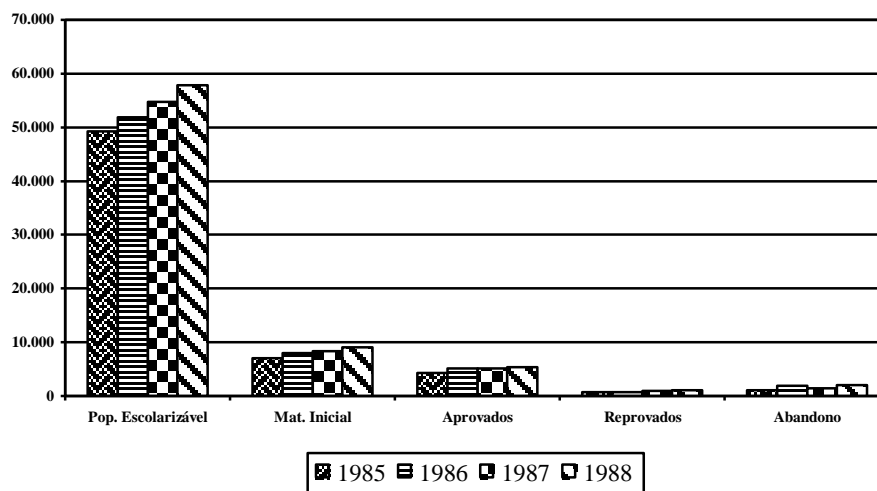
**Gráfico 18: Atendimento escolar de nível médio fora da faixa etária no município de Santarém-Pará/ 1985-1990**

Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.



### Anexo 5

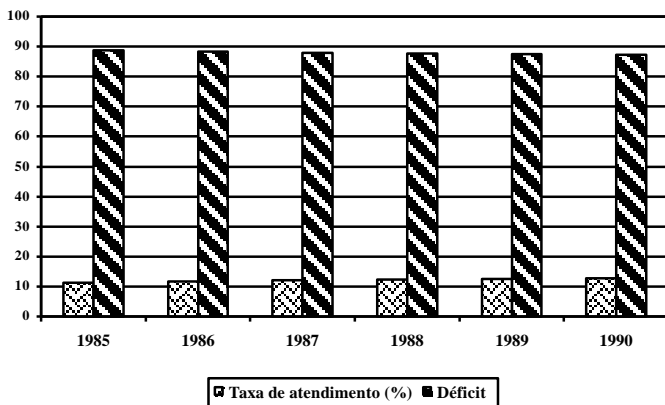
**Gráfico 19:** Movimentação escolar do ensino médio na microregião Bragantina do Estado do Pará, incluindo população escolarizável, matrícula inicial, aprovados, reprovados e abandono/ 1985-1990



Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

### Anexo 6

**Gráfico 22: Relação entre a taxa de atendimento escolar de o déficit educacional no ensino**



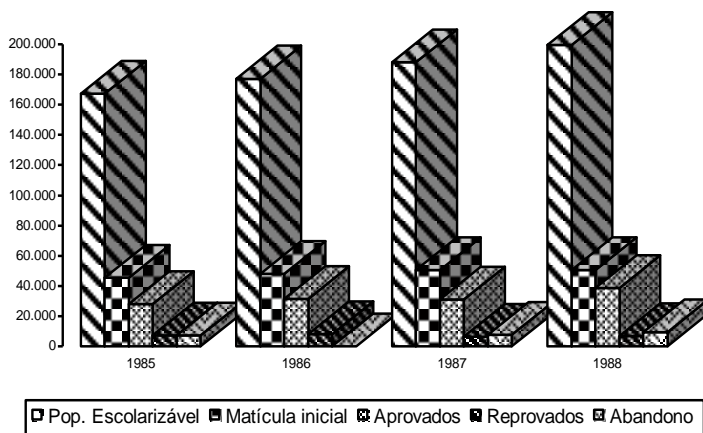
**médio no município de Bragança-Pará/ 1985-1990**

Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

**Anexo 7**

**Gráfico 23**

**Movimentação escolar do ensino médio na microregião de Belém no Estado do Pará, incluindo população escolarizável, matrícula inicial, aprovação, reprovação e abandono/ 1985-1988**

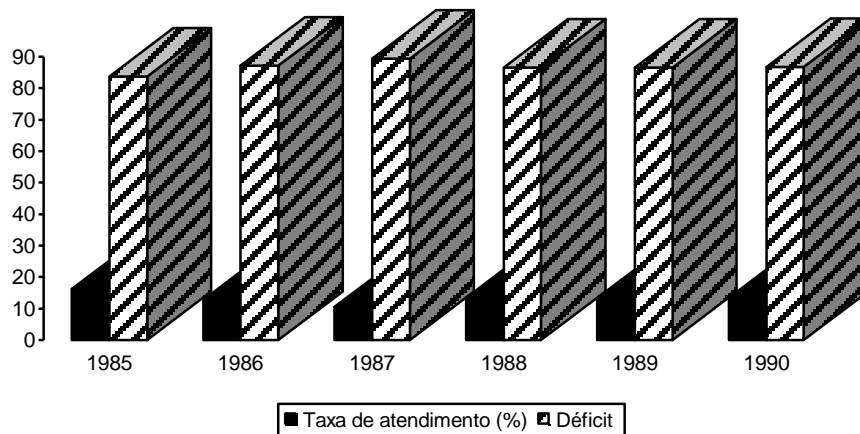


Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.



## Anexo 8

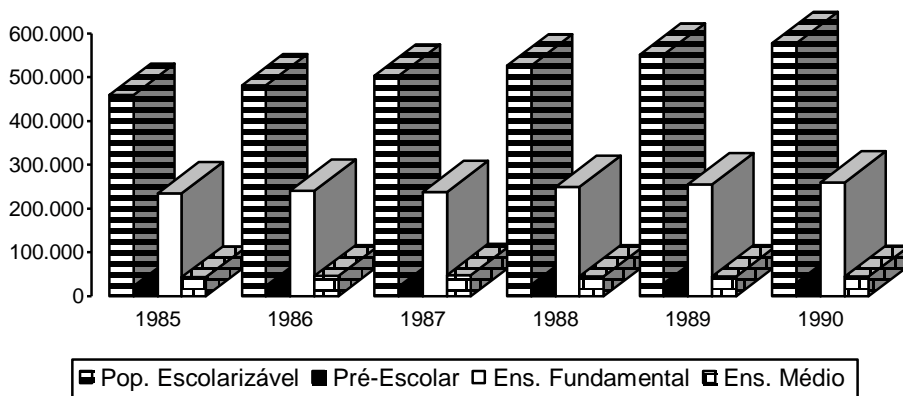
**Gráfico 26: Déficit escolar no atendimento escolar de nível médio no município de ananindeua-Pará/ 1985-1990**



Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

## Anexo 9

**Gráfico 27: Relação entre a população escolarizável de 5 a 19 anos e o atendimento escolar no município de Belém-Pará/ 1985-1990**

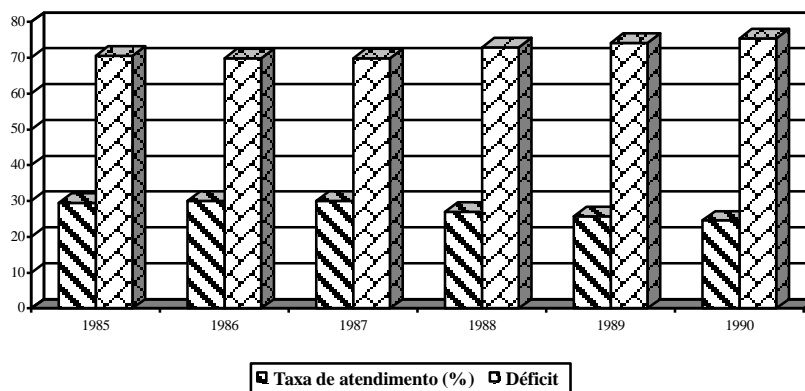


Fonte: SEDUC. Estatísticas Educacionais do Pará: atendimento escolar (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

---

**Anexo 10**

**Gráfico 28: Déficit no atendimento escolar de nível médio no município de Belém-Pará/  
1985-1990**



Fonte: **SEDUC**. Estatísticas Educacionais do Pará (1985-1990). Belém: SEDUC, 1989.

